

PLANO DE GOVERNO

PROFESSORA

MARIA

FÉ E CORAGEM PRA

MUDAR DE

VERDADE!

G O V E R N A D O R A

vice Coronel Aníbal



O ANAZONASé22





Sumário

INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO	16
• DESTRAVAR INVESTIMENTOS E DAR SEGURANÇA A QUEM CONSTRÓI NO AMAZONAS	18
Robustecer o portfólio de projetos do programa estadual de Parcerias Público-Privadas	18
Ampliar investimentos na área social como consequência dos investimentos privados na infraestrutura	18
Aprimorar a capacidade de fiscalização do governo sobre os serviços públicos concedidos	18
Tornar o licenciamento ambiental estadual ágil, previsível e responsável	18
• INVESTIR NOS RIOS AMAZONENSES PARA DESTRAVAR A LOGÍSTICA	18
Construir e modernizar portos e terminais fluviais no interior, com participação da iniciativa privada	18
Manter os rios navegáveis o ano inteiro	18
Elevar a segurança e a qualidade do transporte fluvial de passageiros	18
• RECUPERAR AS RODOVIAS DO ESTADO E DEFENDER A CONCLUSÃO DA BR-319	19
Recuperar e conservar a malha rodoviária estadual	19
Fazer a parte do Amazonas pela conclusão da BR-319, com desenvolvimento sustentável	19
Integrar rodovias e rios para conectar o interior	19
• LEVAR ÁGUA TRATADA E ESGOTO À POPULAÇÃO, DE MANAUS AO INTERIOR	19
Levar saneamento ao interior com soluções adequadas à realidade amazônica	19
Enfrentar os alagamentos e proteger as famílias em áreas de risco	19
Enfrentar o problema dos resíduos sólidos e encerrar os lixões	19
MINAS E ENERGIA	20
• LEVAR ENERGIA CONFIÁVEL E CONTÍNUA AO INTERIOR	22
Criar um programa estadual de energia para as comunidades isoladas	22
Levar geração própria a escolas, postos de saúde e equipamentos públicos do interior	22
• FAZER DA ENERGIA LIMPA UM ÍMÃ DE INVESTIMENTO E EMPREGO	22
Atrair investimento privado em geração de energia limpa	22
Usar energia competitiva como diferencial para a indústria e a bioeconomia	22
Formar a mão de obra amazonense para a nova economia da energia	22

Sumário

• DEFENDER O AMAZONAS E MODERNIZAR A GESTÃO DA ENERGIA	23
Defender com firmeza a conexão de novas cidades à rede nacional	23
Cobrar qualidade no fornecimento e defender o consumidor amazonense	23
Dar o exemplo com eficiência energética no setor público	23
• MANTER NO AMAZONAS A RIQUEZA QUE SAI DO SUBSOLO	23
Aproveitar a posição do Amazonas na nova economia dos minerais estratégicos	23
Dar segurança jurídica a quem produz minério dentro da lei	23
Agregar valor ao minério dentro do Amazonas	23
GESTÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA NO GOVERNO	24
• GERIR POR RESULTADOS, COM RESPONSABILIDADE FISCAL E FOCO NO CIDADÃO	26
Ligar o planejamento ao orçamento, com metas claras para cada órgão	26
Avaliar as políticas públicas e investir no que funciona	26
• VALORIZAR O SERVIDOR E MODERNIZAR A GESTÃO DE PESSOAS	26
Valorizar o bom servidor e reconhecer o mérito	26
Modernizar os concursos e a seleção no serviço público estadual	26
Simplificar e dar transparência às carreiras do estado	26
Escolher as chefias por competência e preparar bons gestores	26
• UM GOVERNO DIGITAL, TRANSPARENTE E PRÓXIMO DO CIDADÃO	27
Levar os serviços públicos para a palma da mão do cidadão	27
Levar o atendimento do governo aos 62 municípios	27
Trazer tecnologia e inovação para dentro do governo	27
Tornar a máquina do estado mais enxuta e eficiente	27
EDUCAÇÃO BÁSICA	28
• GARANTIR UMA PRIMEIRA INFÂNCIA DE QUALIDADE, DE MANAUS AO INTERIOR	30
Ampliar as vagas em creches e pré-escolas com apoio a parcerias	30
Apoiar as famílias no desenvolvimento das crianças na primeira infância	30
Unir saúde, educação e assistência em torno da primeira infância	30
• COLOCAR A APRENDIZAGEM NO CENTRO DA EDUCAÇÃO	30
Dar aos municípios as ferramentas para alfabetizar toda criança até o 2º ano	30

Sumário

Fazer o dinheiro do estado premiar o município que alfabetiza suas crianças	30
Não deixar o aluno se perder na passagem para o 6º ano	30
Garantir a cada professor um roteiro claro do que ensinar e apoio dentro da sala de aula	31
Recuperar a aprendizagem dos alunos que ficaram para trás com base nos resultados da avaliação	31
Realizar busca ativa de alunos nos menores sinais de abandono escolar	31
• VENCER AS DISTÂNCIAS E GARANTIR CONDIÇÕES DE ESTUDO EM TODA ESCOLA DO AMAZONAS	31
Garantir professor em toda escola do Amazonas	31
Ampliar e modernizar o ensino mediado por tecnologia	31
Garantir que a merenda chegue a toda escola, por mais distante que seja	31
Assegurar transporte escolar seguro, inclusive o fluvial	32
Levar energia, água e internet a toda escola do interior	32
Fortalecer a educação escolar indígena, respeitando línguas e culturas	32
• TRANSFORMAR O ENSINO MÉDIO EM PORTA DE ENTRADA PARA O TRABALHO	32
Expandir a educação técnica conectada às vocações do Amazonas	32
Ampliar o ensino médio em tempo integral onde ele mais transforma	32
Aproximar a escola do primeiro emprego	32
Abrir um caminho de volta para quem precisou parar de estudar	32
• VALORIZAR OS PROFESSORES E QUALIFICAR A GESTÃO ESCOLAR	33
Criar o 14º salário do professor, pago pelo avanço da aprendizagem dos seus alunos	33
Investir na formação e na valorização do professor	33
Escolher e preparar bons diretores para liderar as escolas	33
• FORTALECER A PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA E GARANTIR EDUCAÇÃO INCLUSIVA	33
Aproximar os pais da escola na educação das crianças	33
Dar às comunidades escolares mais de um modelo de escola para escolher	33
Cuidar da saúde mental e do bem-estar dos estudantes	33
Ampliar o atendimento adequado aos estudantes com deficiência e autismo	33
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA	34

Sumário

• ABRIR UMA PORTA DE SAÍDA PELO TRABALHO	36
Ligar a assistência à capacitação e ao emprego	36
Apoiar o pequeno empreendedor e o trabalhador informal	36
Fortalecer o cooperativismo, a economia solidária e a produção familiar	36
Qualificar para as oportunidades reais da economia amazonense	36
Incluir a pessoa com deficiência no mundo do trabalho	36
• ENFRENTAR A SITUAÇÃO DE RUA E A DEPENDÊNCIA QUÍMICA COM DIGNIDADE E CUIDADO	36
Ampliar o acolhimento e o caminho de volta à sociedade	36
Tratar a dependência química com uma rede de saúde forte	37
Cuidar da boa convivência nos espaços públicos	37
• ACOLHER O FLUXO MIGRATÓRIO DE FORMA ORGANIZADA, EQUILIBRANDO ACOLHIMENTO E CAPACIDADE DOS SERVIÇOS	37
Articular o acolhimento e a interiorização dos migrantes	36
Transformar a chegada de migrantes em oportunidade de trabalho	37
Acelerar a revalidação de diplomas de migrantes nas áreas de maior déficit do estado	37
Ativar e manter em funcionamento regular o comitê intersetorial de migrantes e refugiados	37
Criar linha de microcrédito para empreendedorismo de migrantes	38
• GARANTIR MORADIA DIGNA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	38
Ampliar o acesso à moradia digna	38
Regularizar a propriedade de quem já tem sua casa	38
• PROTEGER QUEM MAIS PRECISA: CRIANÇAS, IDOSOS, MULHERES E POPULAÇÕES TRADICIONAIS	38
Dobrar o Auxílio Estadual Permanente, com transição para o trabalho	38
Proteger as mulheres vítimas de violência	38
Cuidar das crianças e dos idosos em situação de vulnerabilidade	38
Apoiar as famílias que cuidam	39
Levar assistência às populações ribeirinhas e indígenas do interior	39
Levar instituições de acolhimento a idosos aos municípios polo	39
Criar canal estadual de denúncia contra maus-tratos a idosos	39

Sumário

Tornar cidades e transporte acessíveis a pessoas com deficiência	39
Ampliar crédito e qualificação para mulheres do interior	39
• FORTALECER O ESPORTE E PROJETAR A CULTURA AMAZONENSE	39
Levar esporte adaptado às universidades do Amazonas	39
Criar competição esportiva permanente dos povos indígenas	40
Ampliar o circuito de corridas de rua no Amazonas	40
Fazer da canoagem uma modalidade símbolo do Amazonas	40
Levar o Boi-Bumbá de Parintins à candidatura na UNESCO	40
Trazer artistas internacionais para residência criativa em Parintins	40
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	42
• INOVAR E DESTRAVAR PARA CRESCER	42
Programa Amazonas Facilita	42
Implementar a Lei da Liberdade Econômica nos municípios do Amazonas	42
Desburocratizar o licenciamento ambiental	42
Fortalecer a capacitação empreendedora no estado	42
Ampliar o programa de inovação estadual	42
• PREPARAR PARA O FUTURO	42
Programa técnico estadual sob demanda	42
Bolsas-compromisso para cursos técnicos	45
Rota estadual de primeiro emprego	45
Ampliar o ensino de inglês e competências digitais	45
• CONECTAR E DESENVOLVER	45
Inteligência para exportação	45
Fortalecer o acesso ao mercado europeu	45
Corredores regionais	45
• APERFEIÇOAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS	46
Colocar a InvestAmazonas como protagonista na geração de negócios no estado	46
Gabinete do Investidor	46
Digitalização virando redução de prazos	46

Sumário

Dar previsibilidade a quem empreende	46
• TORNAR O AMAZONAS UM DESTINO GLOBAL	46
Plano Estadual de Turismo	46
Conectividade nas áreas turísticas	46
Certificação do Ecoturismo	47
Floresta Aberta	47
Festival de Parintins	47
Aprendizado de línguas	47
Campanha internacional de promoção do Amazonas	47
FINANÇAS PÚBLICAS	48
• FAZER O DINHEIRO PÚBLICO RENDER MAIS	50
Vincular recursos a resultados	50
Encerrar fundos que não entregam	50
Abrir os números do Amazonas	50
Dar transparência aos benefícios fiscais	50
Impedir que a dívida pague a máquina	50
Cortar gastos que não entregam	50
• CONTROLAR A DÍVIDA PÚBLICA PARA PROTEGER O FUTURO	50
Renegociar a dívida e pagar menos	50
Conter gastos antes que a dívida cresça	50
Abrir as contas da dívida pública	50
• REDUZIR O PESO DO ESTADO PARA O EMPREENDEDOR	51
Preparar o Amazonas para a reforma tributária	51
Simplificar a vida do pequeno negócio	51
Negociar dívidas sem premiar a inadimplência	51
Tratar melhor quem paga em dia	51
• GARANTIR A APOSENTADORIA COM RESPONSABILIDADE	51
Regularizar a contribuição para a previdência militar	51
Planejar hoje para pagar as aposentadorias de amanhã	51
Recuperar receitas e combater desperdícios	51

Sumário

AGRONEGÓCIO	52
• PRODUZIR MAIS E MELHOR	54
Levar assistência técnica a quem produz	54
Conectar pesquisa e produção no campo	54
Fortalecer cooperativas para ganhar escala	54
• REGULARIZAR E PROTEGER QUEM PRODUZ	54
Unificar a regularização do produtor rural	54
Acelerar a regularização de quem está no campo	54
Destravar o crédito rural	54
Proteger a produção contra secas e cheias	54
• CONECTAR A PRODUÇÃO AOS MERCADOS	55
Melhorar as rotas de escoamento	54
Atrair parceiros para operar a infraestrutura	55
Levar a produção do interior a novos mercados	55
• FORTALECER A PESCA E A AQUICULTURA	55
Levar assistência técnica a pescadores e aquicultores	55
Expandir o manejo sustentável do pirarucu	55
Abrir mercados para o pescado amazonense	55
• DEFENDER A PROPRIEDADE RURAL	55
Combater a grilagem e as fraudes fundiárias	55
Proteger quem produz de boa-fé	56
Resolver conflitos fundiários com diálogo e segurança	56
Acelerar a regularização da terra	56
Corrigir sobreposições e títulos irregulares	56
• TRANSFORMAR A FLORESTA EM RENDA	56
Fazer o mercado de carbono funcionar	56
Agregar valor aos produtos da floresta	56
Certificar sem criar mais burocracia	56
Processar no Amazonas para gerar renda aqui	56
TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	58

Sumário

• FORTALECER A FISCALIZAÇÃO E A DETECÇÃO PRECOCE DE IRREGULARIDADES	60
Monitorar compras públicas com inteligência artificial	60
Fortalecer a capacidade de controle da CGE-AM	60
Recompensar quem ajudar a recuperar dinheiro desviado	60
• ELIMINAR CONFLITOS DE INTERESSE E PRIVILÉGIOS NO CARGO PÚBLICO	60
Ampliar quarentena para quem deixa cargos de direção	60
Reduzir e qualificar o quadro de cargos comissionados	60
• DAR AO CIDADÃO ACESSO REAL ÀS CONTAS DO ESTADO	61
Tornar o Portal da Transparência mais simples para o cidadão	61
Levar a transparência estadual para cada um dos 62 municípios	61
Publicar relatório anual de integridade do Executivo	61
Rastrear cada emenda até a entrega	61
SEGURANÇA PÚBLICA	62
• DESARTICULAR O CRIME ORGANIZADO E CORTAR SEU FINANCIAMENTO	64
Firmar cooperação com autoridades americanas para identificar pessoas e empresas ligadas ao PCC e ao Comando Vermelho	64
Instalar base fluvial fixa no alto Rio Negro	64
Cruzar dados fiscais para identificar empresas de fachada usadas na lavagem de dinheiro do crime organizado	64
Cruzar dados de compra de ouro com áreas de garimpo ilegal já mapeadas por satélite	64
• REDUZIR A SUPERLOTAÇÃO E RETOMAR O CONTROLE DOS PRESÍDIOS	65
Transferir lideranças de facção para o Sistema Penitenciário Federal	65
Retomar a parceria penitenciária, com metas obrigatórias de redução de superlotação	65
Ampliar o monitoramento eletrônico para presos provisórios de baixo risco	65
• FORTALECER E DISTRIBUIR MELHOR O EFETIVO DE SEGURANÇA	65
Reservar vagas de concurso para municípios de déficit crônico, com permanência mínima obrigatória	65
Instituir gratificação permanente para quem servir de forma fixa na fronteira e nas áreas mais remotas	65
Apoiar a criação de guardas municipais no interior	65
• PROTEGER MULHERES, CRIANÇAS E IDOSOS DA VIOLÊNCIA	66
Levar sala lilás para todas as delegacias interativas do interior.....	66

Sumário

Lançar unidade fluvial itinerante de atendimento à mulher	66
Levar o atendimento integrado ao idoso vítima de violência para polos regionais do interior	66
Instalar núcleo permanente de proteção à criança nas áreas de garimpo do sul do Amazonas	66
POLÍTICA EXTERNA	68
• INTEGRAR O AMAZONAS À FRONTEIRA VIVA COM PERU E COLÔMBIA	70
Garantir Assento Estadual Permanente na Mesa Binacional de Integração Fronteiriça	70
Incluir o Alto Solimões no Roteiro de Turismo Sustentável Binacional .	
• TRANSFORMAR A FLORESTA EM INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO	70
Criar núcleo de captação internacional para áreas não ambientais, com presença em Manaus	70
Replicar o modelo de captação internacional da secretaria de meio ambiente para as demais secretarias	70
SAÚDE	72
• LEVAR SAÚDE BÁSICA E PREVENÇÃO A QUEM VIVE NO RIO	74
Expandir as equipes de saúde fluvial e ribeirinha para os municípios prioritários	74
Ampliar a telessaúde estadual com protocolos de triagem preventiva	74
• AMPLIAR O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E DE ALTA COMPLEXIDADE	74
Levar UTI polo a novos municípios-referência do interior	74
Firmar parceria com hospitais filantrópicos para ampliar leitos em Manaus	74
Reduzir e publicar o tempo de resposta da remoção aérea de pacientes graves	74
• FORMAR E FIXAR PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO INTERIOR	74
Vincular vagas de residência médica estaduais à permanência obrigatória no interior	74
Apoiar a abertura de novos programas de residência médica fora de Manaus	74
Articular a atração para vagas federais do Mais Médicos Especialistas junto ao SUS	75
• FORTALECER A REGULAÇÃO E A VIGILÂNCIA SANITÁRIA	75
Integrar os resultados do Laboratório Central à telessaúde para agilizar o diagnóstico no interior	75
• CUIDAR DA SAÚDE MENTAL, COM ATENÇÃO ESPECIAL AOS POVOS INDÍGENAS	75
Priorizar CAPS Dedicado em Regiões de Alta Incidência de Suicídio Indígena	75
• REDUZIR A MORTALIDADE EVITÁVEL NA SAÚDE DA MULHER	75

Sumário

Vincular a vacinação contra HPV às rotas de rastreamento de câncer de colo do útero	75
Reorganizar o fluxo assistencial para reduzir o tempo entre diagnóstico e tratamento	75
EDUCAÇÃO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	76
• FORMAR CAPITAL HUMANO PARA A ECONOMIA DO AMAZONAS	78
Vincular bolsa de permanência ao painel de evasão por campus	78
Redirecionar Vagas da Universidade Estadual para as Áreas de maior demanda do Polo Industrial	78
• TRANSFORMAR INOVAÇÃO EM EMPREGO E EXPORTAÇÃO	78
Alinhar a formação técnica ao déficit de mão de obra do polo industrial	78
Capacitar startups e pesquisadores locais no uso do escritório regional de propriedade intelectual	78
Priorizar, no Programa Estadual de Aceleração de Startups, projetos conectados ao polo industrial	78
TELECOMUNICAÇÕES E CONECTIVIDADE	78
• LEVAR A CONECTIVIDADE FEDERAL ATÉ A PORTA DO CIDADÃO	79
Firmar parceria estadual com a Starlink para conectar escolas, postos de saúde e bases de segurança isolados	79
Levar a fibra óptica do programa federal até escolas e unidades de saúde do interior	79
Formalizar parceria técnica entre a universidade estadual e o programa federal de conectividade	79
MEIO AMBIENTE	80
• MODERNIZAR E DESCENTRALIZAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL	82
Amazonas Descentraliza	82
Plataforma digital única com matriz de risco	82
Publicar a lista estadual de espécies ameaçadas	82
Dar licenciamento técnico e ágil à mineração legal	82
• PARAR O DESMATAMENTO E AS QUEIMADAS COM TECNOLOGIA	82
Criar o Centro Estadual de Inteligência Ambiental	82
Criar rede de triagem e reabilitação de fauna nativa	82
• FINANCIAR A CONSERVAÇÃO E PROTEGER O CONHECIMENTO DA FLORESTA	83
Transformar o FEMUCS em fundo por contrato de resultado	83
Inventariar e proteger o patrimônio genético vegetal	83

Sumário

• ACABAR COM OS LIXÕES E FECHAR O CICLO DO LIXO	83
Criar programa estadual de encerramento de lixões	83
Formar consórcios intermunicipais de resíduos por calha de rio	83
Criar logística reversa fluvial para o interior	83
Apoiar a atualização dos planos municipais de resíduos	83
• PREPARAR O AMAZONAS PARA SECAS E CHEIAS EXTREMAS	84
Publicar o Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas	84
Levar infraestrutura resiliente às comunidades ribeirinhas	84
Recuperar igarapés urbanos compatibilizando com a APP	84
• DAR GESTÃO REAL ÀS ÁREAS PROTEGIDAS E DESTRAVAR QUEM PRESERVA	84
Revisar e compatibilizar as unidades de conservação	84
Dar efeito real ao zoneamento do sul do Amazonas	84
Premiar o desempenho ambiental dos municípios	84

INFRAESTRUTURA *e saneamento*



No Amazonas, infraestrutura não é um tema como em qualquer outro estado. Aqui, o maior obstáculo não é a estrada esburacada da capital: é a distância. São 62 municípios espalhados por um território de mais de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, e a maior parte deles só é alcançada por rio ou por avião. Para o amazonense do interior, chegar a um hospital, receber uma encomenda ou escoar a produção pode significar dias de viagem. Essa realidade encarece tudo o que se compra e se vende no estado e hoje prende milhões de pessoas a um isolamento que trava o desenvolvimento.

Conectar o Amazonas demanda investimentos nos cerca de 16 mil quilômetros de rios navegáveis da Amazônia. Não por outra razão, 90% de toda a carga fluvial do país passa por eles e pelo Tocantins-Araguaia.

É preciso avançar com as dragagens necessárias, a instalação de sinalização adequada e portos de interior seguros. As secas extremas de 2023 e 2024 expuseram a gravidade do problema: comboios encalhados, comunidades sem combustível e sem alimento, e preços disparando nas prateleiras. Os rios não podem parar, pois se não o Amazonas para.

Nas rodovias, o quadro é igualmente difícil. Levantamentos da Confederação Nacional do Transporte apontam que quase toda a malha rodoviária do estado apresenta algum tipo de problema, e a AM-010, que liga Manaus a Itacoatiara, já foi repetidamente apontada entre as piores estradas do país. A BR-319, única ligação por terra entre o Amazonas e o restante do Brasil, tem cerca de 46% da extensão sem pavimentação, com trechos praticamente intransitáveis no período de chuvas. Concluir essa estrada é uma reivindicação histórica do povo amazonense.

No saneamento, o Amazonas ocupa uma posição de destaque negativo. Manaus figura entre as piores capitais do país no Ranking do Saneamento do Instituto Trata Brasil, com coleta de esgoto para apenas um terço da população e, no interior, a situação é ainda mais precária. O Novo Marco do Saneamento fixou a meta de universalizar os serviços até 2033 e cabe ao estado liderar esse esforço.

Nada disso é impossível de resolver. Exige uma virada de rota: usar os rios como espinha dorsal da logística, recuperar as rodovias que dependem do estado, defender com firmeza as obras federais que interessam ao amazonense e abrir as portas ao investimento privado que realiza o que o dinheiro público sozinho não alcança. E para fazer isso, organizamos as ações do nosso futuro governo em quatro pilares:

DESTRAVAR INVESTIMENTOS E DAR SEGURANÇA A QUEM CONSTRÓI NO AMAZONAS

Robustecer o portfólio de projetos do programa estadual de Parcerias Público-Privadas

Reunir um portfólio de projetos de infraestrutura envolvendo hidrovias, portos, rodovias, saneamento e energia, pronto para atrair investidores nacionais e internacionais, mantendo com o governo estadual o dever de planejar as prioridades, definir as regras e metas de qualidade por meio do órgão de governança do programa.

Ampliar investimentos na área social como consequência dos investimentos privados na infraestrutura

Garantir que os recursos das outorgas das concessões sejam integralmente reinvestidos no estado, vedando seu uso para custear despesas correntes.

Aprimorar a capacidade de fiscalização do governo sobre os serviços públicos concedidos

Fortalecer a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas para que possa fiscalizar a execução dos contratos de parcerias público-privadas e garantir o atingimento das metas definidas pelo governo.

Tornar o licenciamento ambiental estadual ágil, previsível e responsável

Modernizar o licenciamento ambiental do estado com prazos previsíveis, transparência e critérios técnicos claros, mantendo o rigor na proteção da floresta.

INVESTIR NOS RIOS AMAZONENSES PARA DESTRAVAR A LOGÍSTICA

Construir e modernizar portos e terminais fluviais no interior, com participação da iniciativa privada

Levar às cidades do interior portos, atracadouros e terminais hidroviários seguros e bem equipados, para carga e passageiros, com participação privada, visando prover no interior estruturas modernas que barateiam o frete e protejam quem viaja.

Manter os rios navegáveis o ano inteiro

Trabalhar junto à União pela dragagem e pela sinalização permanentes dos grandes rios que abastecem o estado, como o Solimões, Amazonas e Madeira, além de cuidar dos trechos sob responsabilidade estadual, para que a navegação não pare nas secas.

Elevar a segurança e a qualidade do transporte fluvial de passageiros Intensificar a fiscalização das embarcações regionais e apoiar a renovação e a adequação da frota, protegendo milhares de amazonenses que dependem do barco como único meio de transporte.

RECUPERAR AS RODOVIAS DO ESTADO E DEFENDER A CONCLUSÃO DA BR-319

Recuperar e conservar a malha rodoviária estadual

Adotar um programa contínuo de recuperação e manutenção das rodovias do estado, como a AM-010, com contratos de conservação por desempenho que quebrem o ciclo de tapar buraco e ver a estrada se deteriorar logo depois.

Fazer a parte do Amazonas pela conclusão da BR-319, com desenvolvimento sustentável

Defender junto ao Governo Federal a conclusão da BR-319 e cumprir com rigor as contrapartidas que cabem ao estado, como o ordenamento territorial, controle do uso do solo, combate ao desmatamento ilegal e apoio aos municípios do entorno.

Integrar rodovias e rios para conectar o interior

Planejar a infraestrutura de transporte de forma integrada, combinando ramais rodoviários e terminais fluviais em pontos de transbordo estratégicos, para reduzir o tempo e o custo de chegar às comunidades mais distantes.

LEVAR ÁGUA TRATADA E ESGOTO À POPULAÇÃO, DE MANAUS AO INTERIOR

Levar saneamento ao interior com soluções adequadas à realidade amazônica

Organizar a prestação regionalizada de verdade do saneamento básico no estado e adotar soluções sob medida para as cidades e comunidades ribeirinhas, como sistemas simplificados, tratamento local e abastecimento seguro.

Enfrentar os alagamentos e proteger as famílias em áreas de risco

Investir em drenagem urbana e apoiar os municípios na prevenção de alagamentos e na contenção de áreas de risco, protegendo as famílias que vivem em encostas e às margens de igarapés e sofrem a cada temporada de chuvas.

ENFRENTAR O PROBLEMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E ENCERRAR OS LIXÕES

Apoiar os municípios na destinação correta do lixo, no encerramento progressivo dos lixões a céu aberto e na implantação de aterros e soluções regionais de tratamento, com incentivo à reciclagem.



MINAS *e energia*

 Amazonas vive um paradoxo energético. Estamos no coração da maior floresta e da maior bacia hidrográfica do planeta, um estado com vocação natural para a energia limpa, e ainda assim boa parte do nosso território depende de uma das formas mais caras e poluentes de gerar eletricidade: o óleo diesel queimado em termelétricas, transportado de barco rio adentro. É o retrato de uma riqueza mal aproveitada.

A explicação está no chamado Sistema Isolado. Diferentemente da maior parte do Brasil, atendida pela rede interligada nacional, grande parte do Amazonas não está conectada a essa rede. Estima-se que mais de 3 milhões de pessoas na Amazônia sejam atendidas por centenas de sistemas isolados movidos sobretudo a diesel, e o Amazonas está no centro desse mapa. Em muitas comunidades, a energia não chega 24 horas por dia: há cortes diários, e há lugares onde o gerador funciona apenas por algumas horas.

Sem energia firme, barata e contínua, o desenvolvimento não acontece. Não há como conservar o pescado, manter uma pequena indústria, oferecer internet na escola, bombear água tratada ou atrair investimento. A capital, Manaus, já está conectada à rede nacional, e cidades como Parintins avançaram nesse sentido nos últimos anos, mas dezenas de sedes municipais e centenas de comunidades seguem dependentes do diesel caro.

Ao mesmo tempo, a solução já bate à porta. Projetos que combinam energia solar, baterias e geração local vêm reduzindo o consumo de diesel em municípios do estado, e o Amazonas dispõe de gás natural e de enorme potencial em fontes limpas.

E a riqueza mal aproveitada do estado não está só na energia: o subsolo amazonense guarda minérios como o estanho, o nióbio, o tântalo e o potássio, que hoje geram pouco emprego e pouca renda para quem vive aqui. Boa parte dessa agenda é definida em âmbito federal, mas, quanto ao que cabe ao estado, nós faremos, e esse é o caminho que propomos, em quatro eixos centrais:

LEVAR ENERGIA CONFIÁVEL E CONTÍNUA AO INTERIOR

Criar um programa estadual de energia para as comunidades isoladas

Lançar um programa estadual que coloque em primeiro lugar as comunidades sem atendimento contínuo, reunindo recursos federais e investimento privado para ampliar o fornecimento contínuo de energia onde hoje ela falta ou é intermitente.

Levar geração própria a escolas, postos de saúde e equipamentos públicos do interior

Instalar geração solar e armazenamento nos prédios públicos das comunidades isoladas, para que escola, posto de saúde e serviços essenciais nunca fiquem no escuro.

FAZER DA ENERGIA LIMPA UM ÍMÃ DE INVESTIMENTO E EMPREGO

Atrair investimento privado em geração de energia limpa

Construir um ambiente estadual atrativo para investidores em energia solar, biomassa e gás natural, com regras estáveis e licenciamento ágil, pois a energia limpa e competitiva do Amazonas pode se tornar um dos maiores ímãs de investimento do estado, gerando empregos e abrindo novos negócios para o amazonense.

Usar energia competitiva como diferencial para a indústria e a bioeconomia

Aproveitar o potencial energético do estado como insumo estratégico para fortalecer a indústria da Zona Franca de Manaus e a bioeconomia da floresta, agregando valor ao que o Amazonas produz.

Formar a mão de obra amazonense para a nova economia da energia

Qualificar jovens e trabalhadores do estado para instalar e manter os novos sistemas de energia, como solar, biomassa e gás natural, em parceria com as escolas técnicas e o setor produtivo.

DEFENDER O AMAZONAS E MODERNIZAR A GESTÃO DA ENERGIA

Defender com firmeza a conexão de novas cidades à rede nacional

Atuar permanentemente junto ao Governo Federal para acelerar a interligação de novas sedes municipais à rede nacional de energia, reduzindo o uso do diesel e o custo do sistema.

Cobrar qualidade no fornecimento e defender o consumidor amazonense

Cobrar da distribuidora a melhoria da qualidade do fornecimento, com menos apagões e um atendimento à altura de quem paga a conta, em defesa dos interesses do consumidor do estado.

Dar o exemplo com eficiência energética no setor público

Reduzir o desperdício e o gasto com energia nos prédios e serviços do próprio estado, com eficiência energética e geração própria, liberando recursos públicos para o que realmente importa.

MANTER NO AMAZONAS A RIQUEZA QUE SAI DO SUBSOLO

Aproveitar a posição do Amazonas na nova economia dos minerais estratégicos

Aproveitar a demanda mundial por minerais ligados à transição energética, como o estanho, o nióbio, o tântalo, o potássio e as terras raras, para atrair investimento responsável e abrir novos negócios no estado.

Dar segurança jurídica a quem produz minério dentro da lei

Oferecer regras claras e prazos previsíveis aos projetos de mineração legal, em articulação com os órgãos federais responsáveis, para atrair investimento sério e afastar a informalidade que degrada a floresta sem gerar renda para o amazonense.

Agregar valor ao minério dentro do Amazonas

Estimular o beneficiamento e a industrialização do minério no próprio estado, em vez de exportá-lo bruto, para que a renda e os empregos que a mineração gera fiquem no Amazonas.

A man in a grey and blue striped polo shirt is shaking hands with a woman in a teal government uniform. They are at a service desk with a clear plexiglass barrier. The woman is holding some papers. In the background, there is a blurred view of a public area with stalls.

GESTÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA NO *governo*

PROBLEMAS
RESOLVIDOS.
OBRIGADO PELA
EFICIÊNCIA

Governar bem não é apenas ter boas ideias: é fazer a máquina pública funcionar para o cidadão. O governo no Brasil se acostumou a gastar como um país rico e atender o cidadão como um país pobre. O resultado aparece na vida de todo dia: filas, papelada, serviços que não chegam e horas perdidas para resolver o que deveria ser simples. Quem paga essa conta é o cidadão.

No Amazonas não é diferente, mas esse desafio ganha um contorno próprio: a distância. Governar 62 municípios espalhados por um território maior que muitos países, em que boa parte deles é alcançada apenas por rio ou por avião, exige uma máquina pública preparada para chegar aonde o cidadão está.

Ainda hoje, resolver um documento ou acessar um benefício muitas vezes significa viajar dias até Manaus. Aqui, a eficiência do governo não é só uma questão de custo; é também uma questão de atenção e cuidado com quem vive no interior e por isso, acreditamos na digitalização do governo, oferecendo serviços digitais que de fato resolvam a vida na ponta.

Além disso, para construirmos um governo eficiente é necessário promover a valorização do bom servidor, que entrega resultados aos cidadãos e exerce suas funções com propósito. Para isso, o governo precisa de um bom planejamento e metas claras a serem perseguidas.

Nossa visão é a de um governo que custa menos e entrega mais: que gere com responsabilidade, chega no interior, usa a tecnologia a favor do cidadão e valoriza quem serve bem. Modernizar a gestão não é um tema distante da vida das pessoas, é o que faz cada real render mais em saúde, educação e segurança. Por isso, apresentamos soluções em três eixos centrais:

GERIR POR RESULTADOS, COM RESPONSABILIDADE FISCAL E FOCO NO CIDADÃO

Ligar o planejamento ao orçamento, com metas claras para cada órgão

Transformar o planejamento do estado em compromisso real, traduzido em metas objetivas para cada secretaria e firmado em contratos de desempenho que ampliem a autonomia do gestor em troca de resultados.

Avaliar as políticas públicas e investir no que funciona

Acompanhar de perto os resultados de cada programa e deixar que as decisões e os investimentos sejam guiados por aquilo que comprovadamente melhora a vida das pessoas, ampliando o que dá certo e revendo o que não entrega, em vez de manter no papel iniciativas que não saem do lugar.

VALORIZAR O SERVIDOR E MODERNIZAR A GESTÃO DE PESSOAS

Valorizar o bom servidor e reconhecer o mérito

Reconhecer e recompensar o servidor que se dedica e entrega resultados, com avaliação justa e que gera consequências reais nas carreiras dos servidores, de modo que quem entrega bons serviços à população se destaque.

Modernizar os concursos e a seleção no serviço público estadual

Aprimorar os concursos do estado para avaliar não apenas o conhecimento, mas também as competências e habilidades que o dia a dia do serviço exige, atraindo e escolhendo os melhores profissionais para servir ao Amazonas.

Simplificar e dar transparência às carreiras do estado

Organizar e simplificar as carreiras e as tabelas de remuneração do estado, com regras claras e mobilidade entre os órgãos, para que o bom profissional cresça por desempenho ao longo da vida funcional. Regras transparentes valorizam quem trabalha e dão ao cidadão a certeza de que o dinheiro público é bem empregado.

Escolher as chefias por competência e preparar bons gestores

Fortalecer os critérios técnicos e de mérito na escolha dos cargos de chefia e formar de maneira contínua os gestores do estado para liderar equipes e entregar resultados.

UM GOVERNO DIGITAL, TRANSPARENTE E PRÓXIMO DO CIDADÃO

Levar os serviços públicos para a palma da mão do cidadão

Digitalizar os serviços do estado para que o cidadão resolva o que precisa pela internet, sem fila e sem deslocamento, com um prazo definido e público para a entrega de cada serviço.

Levar o atendimento do governo aos 62 municípios

Garantir que o amazonense resolva a vida sem viajar até Manaus, com presença do Estado em todos os municípios: convênios com as prefeituras para que o balcão municipal preste também os serviços estaduais, credenciamento de agentes privados e cartórios para os serviços de rotina e atendimento itinerante, fluvial e aéreo, com calendário público, para o que exige presença direta do Estado.

Trazer tecnologia e inovação para dentro do governo

Aproveitar as soluções e a tecnologia já disponíveis no mercado, em parceria com a iniciativa privada, preservando a proteção dos dados dos amazonenses, mas encontrando inovações para o governo ser mais interoperável, integrado e eficiente.

Tornar a máquina do estado mais enxuta e eficiente

Reduzir a sobreposição de órgãos e estruturas, organizar melhor as secretarias e submeter cada estrutura a metas e a uma avaliação periódica que justifique a sua existência, em nome de um governo mais ágil e mais barato.





EDUCAÇÃO

básica

Não existe promessa mais séria que um governo possa fazer a uma família do que esta: o seu filho vai aprender. É a educação que decide se o jovem amazonense vai ter escolha na vida ou vai repetir o destino que já estava traçado antes de ele nascer. O Amazonas avançou nos últimos anos, e é justo reconhecer. Mas ainda estamos longe do que nossas crianças merecem, e o tempo delas não espera: a criança que passa este ano sem aprender não recupera esse ano depois.

Tudo começa antes da escola. Faltam vagas em creche e pré-escola justamente na periferia de Manaus e nas cidades do interior, e justamente na fase em que a criança mais se desenvolve, quando cada mês de estímulo, de conversa e de cuidado vale por anos de esforço lá na frente.

Depois vem a alfabetização, e é aí que a conta começa a ficar pesada. Criança que não aprende a ler no tempo certo carrega essa dívida pelo resto da vida escolar: ela não entende o enunciado da prova de matemática, não acompanha o texto de história, e desiste. A oferta dos primeiros anos é dos municípios, mas o resultado desemboca inteiro no estado que recebe todos os anos alunos vindos de 62 redes diferentes, com preparos muito distintos, sem saber quem está chegando e sem tratar essa passagem como o ponto de virada que ela é.

No ensino médio, o atraso já cobrou o seu preço: mais de um quarto dos estudantes está fora da idade certa para a série que cursa. São jovens que repetiram, pararam, voltaram e muitos acabam desistindo de vez, não por falta de vontade, mas porque a escola parou de fazer sentido. E o ensino médio que temos ainda conversa pouco com o Amazonas que existe lá fora: a indústria, o turismo, a logística, a bioeconomia da floresta. Quem sai da escola precisa sair pronto para trabalhar perto de casa.

Sobre tudo isso pesa um desafio que é só nosso: a distância. No Amazonas, a escola pode estar a horas de barco da casa do aluno, e o professor pode simplesmente não estar lá. Foi por isso que o estado se tornou pioneiro no ensino mediado por tecnologia, patrimônio que precisa ser valorizado, mas que é complemento, não substituto. Há escolas onde falta energia contínua, falta água tratada, falta sinal de internet, e onde a merenda depende do rio estar alto. Não se ensina bem assim. Garantir educação no interior começa por garantir as condições mais básicas para que a aula aconteça.

Nossa visão é clara: uma escola que coloca a aprendizagem acima de tudo, que valoriza e cobra do professor, que abre as portas para a família participar e que usa a tecnologia para vencer as distâncias do Amazonas, preparando cada jovem para construir o próprio futuro. E não faltam exemplos, dentro do próprio estado, de escolas que já provam que isso é possível: o desafio é levar essa qualidade a todas elas. Por isso, apresentamos propostas em seis eixos centrais:

GARANTIR UMA PRIMEIRA INFÂNCIA DE QUALIDADE, DE MANAUS AO INTERIOR

Ampliar as vagas em creches e pré-escolas com apoio a parcerias

Somar esforços com os municípios para abrir mais vagas em creches e pré-escolas, sobretudo para as famílias mais vulneráveis, inclusive em parceria com entidades comunitárias, filantrópicas e privadas, sempre com metas claras de qualidade e transparência nos recursos.

Apoiar as famílias no desenvolvimento das crianças na primeira infância

Orientar e amparar as famílias nos primeiros anos de vida das crianças, com acompanhamento, estímulo ao vínculo afetivo e informação sobre saúde, alimentação e desenvolvimento infantil, sobretudo nos lares mais vulneráveis.

Unir saúde, educação e assistência em torno da primeira infância

Coordenar uma política estadual integrada para a primeira infância, nos termos do Marco Legal da Primeira Infância, unindo saúde, educação e assistência social em torno das mesmas metas e do acompanhamento do desenvolvimento de cada criança, para que a família não precise bater em três portas diferentes do governo para cuidar do mesmo filho.

COLOCAR A APRENDIZAGEM NO CENTRO DA EDUCAÇÃO

Dar aos municípios as ferramentas para alfabetizar toda criança até o 2º ano

Oferecer aos 62 municípios, em regime de colaboração e por adesão voluntária, material estruturado de alfabetização, formação continuada dos professores alfabetizadores e uma avaliação anual de todas as crianças do 2º ano, com resultados divulgados município por município, cabendo à prefeitura decidir se adere e ao estado garantir que quem aderir tenha condições reais de entregar.

Fazer o dinheiro do estado premiar o município que alfabetiza suas crianças

Ampliar a fatia do ICMS repassada aos municípios com base em resultados educacionais, hoje no mínimo permitido pela Constituição, e concentrar esse critério na alfabetização na idade certa, de modo que o município que garantir que suas crianças aprendam a ler e escrever até o 2º ano receba mais recursos, com regras públicas e conhecidas com antecedência.

Não deixar o aluno se perder na passagem para o 6º ano

Cuidar da etapa em que o estudante sai da escola municipal e chega à rede estadual, trocando uma professora por dez disciplinas diferentes: aplicar uma avaliação de entrada logo no início do 6º ano, oferecer nivelamento em português e matemática nos primeiros meses a quem chegar com defasagem e organizar com as redes municipais a passagem das informações sobre cada aluno, para que a escola estadual saiba quem está recebendo.

Garantir a cada professor um roteiro claro do que ensinar e apoio dentro da sala de aula

Definir, para cada ano e cada disciplina, a sequência do que deve ser ensinado e em que ordem, com material didático alinhado a ela, e acompanhar sua aplicação com supervisores pedagógicos que visitem as escolas, observem a aula e devolvam orientação prática ao professor.

Recuperar a aprendizagem dos alunos que ficaram para trás com base nos resultados da avaliação

Transformar os resultados do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) em apoio concreto dentro da sala de aula: identificar, escola por escola e aluno por aluno, quem não aprendeu o que deveria e responder com reforço dirigido, recomposição da aprendizagem e formação de professores voltada exatamente às lacunas que a avaliação apontou.

Realizar busca ativa de alunos nos menores sinais de abandono escolar

Implantar um sistema de alerta que acompanhe frequência e notas aluno por aluno e dispare aviso aos pais quando ele faltar e à escola antes que o jovem desista, articulando busca ativa com os municípios, o conselho tutelar e a assistência social.

VENCER AS DISTÂNCIAS E GARANTIR CONDIÇÕES DE ESTUDO EM TODA ESCOLA DO AMAZONAS

Garantir professor em toda escola do Amazonas

Mapear onde faltam professores, por município e por disciplina, e enfrentar a falta com incentivo financeiro para lecionar nas comunidades distantes, lotação por região definida já no concurso e formação de professores no próprio interior.

Ampliar e modernizar o ensino mediado por tecnologia

Valorizar e expandir o ensino mediado por tecnologia, patrimônio pioneiro do Amazonas, com boa conexão e conteúdo atualizado, como complemento ao presencial nas comunidades do interior onde ainda faltam professores.

Garantir que a merenda chegue a toda escola, por mais distante que seja

Organizar a logística da alimentação escolar para as escolas alcançáveis apenas por rio, com planejamento de rotas e estoques que leve em conta o ciclo das cheias e das secas, e ampliar a compra de alimentos da agricultura familiar e da pesca do próprio Amazonas, encurtando o caminho entre o produtor local e o prato do aluno.

Assegurar transporte escolar seguro, inclusive o fluvial

Oferecer transporte escolar adequado e seguro aos alunos do interior, com atenção especial ao transporte fluvial, para que nenhuma criança deixe de estudar por não ter como chegar à escola e para que chegue em segurança.

Levar energia, água e internet a toda escola do interior

Tratar a escola do interior como prioridade na chegada dos serviços básicos, articulando o programa estadual de energia para comunidades isoladas, as soluções de saneamento adequadas à realidade amazônica e a ampliação da conectividade, já que sem energia contínua e sem sinal não existe ensino mediado por tecnologia, material digital nem laboratório que funcionem.

Fortalecer a educação escolar indígena, respeitando línguas e culturas

Valorizar a educação escolar indígena com formação de professores das próprias comunidades, material didático nas línguas locais e respeito aos saberes e à cultura de cada povo.

TRANSFORMAR O ENSINO MÉDIO EM PORTA DE ENTRADA PARA O TRABALHO

Expandir a educação técnica conectada às vocações do Amazonas

Ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes alinhados às oportunidades reais, em parceria com o setor produtivo e com o Sistema S.

Ampliar o ensino médio em tempo integral onde ele mais transforma

Expandir de forma gradual as escolas estaduais de ensino médio em tempo integral, priorizando as regiões com maior atraso escolar e as unidades que combinam formação geral e curso técnico, com critérios públicos de escolha das escolas e avaliação dos resultados de cada turma antes de decidir novas ampliações.

Aproximar a escola do primeiro emprego

Abrir pontes entre o ensino médio e o mundo do trabalho, com estágios, aprendizagem e parcerias com empresas, para que o diploma se converta em oportunidade concreta de renda.

Abrir um caminho de volta para quem precisou parar de estudar

Fortalecer a educação de jovens e adultos no Amazonas, com oferta flexível, aproveitamento do ensino mediado por tecnologia e do exame supletivo já aplicado no interior, e ligação direta com a qualificação profissional, para que quem parou de estudar para trabalhar consiga concluir os estudos sem ter de escolher entre a escola e o sustento da família.

VALORIZAR OS PROFESSORES E QUALIFICAR A GESTÃO ESCOLAR

Criar o 14º salário do professor, pago pelo avanço da aprendizagem dos seus alunos

Instituir uma bonificação anual para os profissionais das escolas estaduais em que os alunos alcançarem a meta de avanço na aprendizagem medida pelo Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), com meta definida escola por escola a partir do seu ponto de partida.

Investir na formação e na valorização do professor

Investir na formação continuada dos professores da rede, com foco na prática de sala de aula e nas evidências sobre o que realmente faz o aluno aprender, reconhecendo quem se dedica e obtém resultados.

Escolher e preparar bons diretores para liderar as escolas

Adotar critérios técnicos para a seleção e a formação dos diretores escolares, dando a cada escola uma liderança preparada para gerir, motivar a equipe e melhorar os resultados.

FORTALECER A PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA E GARANTIR EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Aproximar os pais da escola na educação das crianças

Garantir que cada família saiba, de forma simples e no momento certo, como vai o seu filho na escola, com o envio do boletim em linguagem clara sobre o que ele já aprendeu e o que ainda precisa melhorar, canal direto com a escola pelo celular e reuniões marcadas em horários que quem trabalha consiga cumprir.

Dar às comunidades escolares mais de um modelo de escola para escolher

Ampliar os modelos de escola à disposição das comunidades por meio de parcerias com instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais e escolas cívico-militares, entre outras alternativas, com adesão decidida pela própria comunidade escolar em consulta formal.

Cuidar da saúde mental e do bem-estar dos estudantes

Levar apoio psicossocial às escolas da rede, com acolhimento e atenção à saúde mental de estudantes e professores, prevenindo a evasão e a violência e ajudando cada aluno a superar as dificuldades que atrapalham a aprendizagem.

Ampliar o atendimento adequado aos estudantes com deficiência e autismo

Assegurar que estudantes com deficiência e com transtorno do espectro autista tenham atendimento adequado às suas necessidades, com profissionais capacitados e participação ativa da família na definição do melhor caminho para cada aluno.



DESENVOLVIMENTO SOCIAL E *cidadania*

Nenhum amazonense deveria permanecer na pobreza por falta de oportunidade. O Amazonas ainda tem muitas famílias que dependem dos benefícios sociais como principal fonte de renda. A assistência é necessária, mas precisa vir acompanhada de oportunidades de trabalho e renda que permitam às famílias construir sua própria autonomia.

Manaus também enfrenta os efeitos do intenso fluxo migratório vindo da Venezuela. A cidade recebeu dezenas de milhares de migrantes e refugiados, muitos ainda vivendo abaixo da linha da pobreza e dependendo dos serviços públicos. É preciso organizar o acolhimento, garantir o atendimento necessário e criar condições para que essas pessoas possam trabalhar e reconstruir suas vidas.

Outro desafio é o crescimento da população em situação de rua, muitas vezes associado à dependência química e ao rompimento dos vínculos familiares. Essas pessoas precisam de atendimento digno e de caminhos reais para retomar a autonomia. Nas comunidades mais distantes, ribeirinhos e indígenas também convivem com dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos.

Nossa proposta parte de uma ideia simples: proteger quem mais precisa e criar condições para que cada vez mais pessoas possam seguir em frente com o próprio trabalho. Isso significa garantir assistência a quem necessita, ampliar as oportunidades de renda e aproximar os serviços públicos de quem hoje está mais distante deles.

ABRIR UMA PORTA DE SAÍDA PELO TRABALHO

Ligar a assistência à capacitação e ao emprego

Conectar as famílias em situação de vulnerabilidade à qualificação profissional, oportunidades de emprego e apoio para empreender, de modo que o benefício venha acompanhado de caminhos concretos de trabalho e renda. Quem recebe ajuda hoje merece, acima de tudo, a oportunidade de amanhã não precisar mais dela.

Apoiar o pequeno empreendedor e o trabalhador informal

Facilitar o acesso a microcrédito, formalização e capacitação para os pequenos empreendedores do estado, especialmente nas periferias e no interior, gerando renda onde o emprego formal é escasso. No Amazonas, muita gente só precisa de um empurrão para tocar o próprio negócio.

Fortalecer o cooperativismo, a economia solidária e a produção familiar

Apoiar cooperativas, empreendimentos da economia solidária, artesãos e pequenos produtores, da agricultura familiar à pesca e à piscicultura, com crédito, capacitação, organização da produção e acesso a mercados. O nosso objetivo é ampliar a renda no interior e agregar valor à produção local.

Qualificar para as oportunidades reais da economia amazonense

Direcionar a formação profissional para as áreas que mais geram oportunidades no Amazonas, como indústria, comércio, turismo, bioeconomia e serviços. A qualificação precisa estar ligada às demandas do mercado para aumentar as chances de emprego e renda.

Incluir a pessoa com deficiência no mundo do trabalho

Abrir caminhos para a inclusão produtiva da pessoa com deficiência, com qualificação adequada, apoio à contratação e incentivo às empresas que empregam, transformando capacidade em oportunidade. Trabalho digno é o caminho mais sólido para a autonomia e a plena cidadania da pessoa com deficiência.

ENFRENTAR A SITUAÇÃO DE RUA E A DEPENDÊNCIA QUÍMICA COM DIGNIDADE E CUIDADO

Ampliar o acolhimento e o caminho de volta à sociedade

Expandir a rede de acolhimento à população em situação de rua, unindo abrigo a atendimento de saúde, assistência e encaminhamento para qualificação e trabalho. Acolher com dignidade é oferecer às pessoas uma rota concreta de reconstrução da vida, não apenas um teto para a noite.

Tratar a dependência química com uma rede de saúde forte

Reforçar, em primeiro lugar, a rede pública de saúde mental e de atenção aos dependentes de álcool e outras drogas, com acompanhamento profissional e apoio às famílias. A ela somam-se as comunidades terapêuticas devidamente fiscalizadas e, como último recurso, nos casos previstos em lei e com avaliação médica, a internação involuntária. Cuidar de quem adoeceu pela dependência é enfrentar, com humanidade, uma das principais causas do drama das ruas.

Cuidar da boa convivência nos espaços públicos

Zelar para que praças, calçadas e espaços públicos sejam seguros e acolhedores para toda a população, oferecendo ativamente a quem vive nas ruas acesso a abrigo, saúde e assistência. Cuidar das pessoas e cuidar dos espaços de convivência não são objetivos opostos: caminham juntos.

ACOLHER O FLUXO MIGRATÓRIO DE FORMA ORGANIZADA, EQUILIBRANDO ACOLHIMENTO E CAPACIDADE DOS SERVIÇOS

Articular o acolhimento e a interiorização dos migrantes

Coordenar, junto à União e aos municípios, o acolhimento organizado e a interiorização dos migrantes que chegam ao estado, evitando a concentração da pressão sobre Manaus e distribuindo melhor os esforços. Acolher com organização protege tanto quem chega quanto quem já vive aqui.

Transformar a chegada de migrantes em oportunidade de trabalho

Facilitar a documentação, a qualificação e a inserção no mercado de trabalho dos migrantes aptos a trabalhar. Bem conduzida, a chegada de novos trabalhadores fortalece a economia local e ajuda a construir uma vida digna para quem recomeça no Amazonas.

Acelerar a revalidação de diplomas de migrantes nas áreas de maior déficit do estado

Criar mutirão permanente de revalidação de diploma para migrantes com formação em saúde, engenharia e outras áreas de maior carência do estado. Conectar quem chega qualificado ao que o Amazonas mais precisa é oportunidade para os dois lados.

Ativar e manter em funcionamento regular o comitê intersetorial de migrantes e refugiados

Tornar meta formal de governo a ativação do comitê já desenhado, com calendário de reuniões e indicadores de empregabilidade acompanhados publicamente. Colocar em funcionamento o que já foi planejado custa disciplina, não dinheiro novo.

Criar linha de microcrédito para empreendedorismo de migrantes

Abrir linha específica dentro do banco de fomento estadual para empreendedorismo de migrantes regularizados, usando estrutura de crédito já existente. Quem chega pronto para trabalhar merece a chance de abrir o próprio negócio.

GARANTIR MORADIA DIGNA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Ampliar o acesso à moradia digna

Apoiar programas de moradia voltados às famílias de baixa renda, priorizando áreas com infraestrutura e serviços já instalados, para que a casa própria não signifique isolamento longe de escola, trabalho e transporte. Morar com dignidade é a base para reconstruir uma vida.

Regularizar a propriedade de quem já tem sua casa

Levar adiante um programa de regularização fundiária que entregue o título de propriedade a famílias que vivem há anos em imóveis sem documentação, priorizando a regularização urbana e as ocupações já consolidadas, sempre dentro da lei e sem estimular novas ocupações irregulares. A escritura na mão transforma a posse em cidadania e em acesso ao crédito.

PROTEGER QUEM MAIS PRECISA: CRIANÇAS, IDOSOS, MULHERES E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Dobrar o Auxílio Estadual Permanente, com transição para o trabalho

Dobrar para R\$300 o valor hoje pago a mais de 300 mil famílias, de forma escalonada, e criar transição gradual em faixas quando a renda familiar cresce, no lugar do corte integral imediato que hoje desestimula a busca por emprego formal.

Proteger as mulheres vítimas de violência

Ampliar a rede de acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência, com casas-abrigo, centros de referência e equipes preparadas para oferecer amparo imediato e acompanhamento até a recomposição da vida. Nenhuma mulher pode ficar desamparada diante da violência.

Cuidar das crianças e dos idosos em situação de vulnerabilidade

Reforçar os serviços de proteção às crianças e aos idosos, com fiscalização das instituições de acolhimento e atenção às famílias mais frágeis, garantindo tratamento digno a quem depende desse cuidado. Uma sociedade se mede pela forma como cuida dos seus mais vulneráveis.

Apoiar as famílias que cuidam

Amparar as famílias que dedicam a vida a cuidar de crianças, idosos e pessoas com deficiência e em situação de dependência, com serviços de apoio, orientação e momentos de alívio para o cuidador. Quem cuida também precisa ser cuidado, e o estado deve estar ao lado dessas famílias que sustentam, com amor e sacrifício, os mais vulneráveis.

Levar assistência às populações ribeirinhas e indígenas do interior

Estender a presença dos serviços de assistência social ao interior, com atenção às comunidades ribeirinhas e indígenas que vivem distantes e isoladas, respeitando suas realidades. No Amazonas, garantir direitos exige ir aonde as pessoas estão, por mais longe que seja.

Levar instituições de acolhimento a idosos aos municípios polo

Financiar e fiscalizar novas instituições nos municípios polo, priorizando parceria com entidades filantrópicas e religiosas já presentes no território para a operação, atendendo idosos vulneráveis e oferecendo também unidades individualizadas para quem é independente mas não tem estrutura familiar.

Criar canal estadual de denúncia contra maus-tratos a idosos

Criar linha telefônica gratuita e sigilosa, 24 horas, com encaminhamento imediato aos centros de proteção, ao Ministério Público e à polícia, divulgada em postos de saúde, igrejas e rádios comunitárias do interior.

Tornar cidades e transporte acessíveis a pessoas com deficiência

Condicionar o repasse de recursos estaduais à adequação de calçadas, rampas e transporte público, com meta de dobrar o percentual de vias acessíveis em quatro anos, priorizando o interior e as periferias de Manaus, hoje no pior índice de acessibilidade urbana do Brasil.

Ampliar crédito e qualificação para mulheres do interior

Ampliar linhas como o Pronaf Mulher, a assistência técnica rural e a oferta de cursos de gestão nos municípios do interior, fortalecendo as organizações de mulheres já existentes: em 2025, apenas 375 foram capacitadas em todo o estado.

FORTALECER O ESPORTE E PROJETAR A CULTURA AMAZONENSE

Levar esporte adaptado às universidades do Amazonas

Articular a adesão do estado ao Paradesporto Brasil em Rede, programa federal que já opera núcleos de esporte adaptado em universidades pelo país, mas ainda não chegou ao Amazonas, com UFAM e IFAM sediando os primeiros núcleos e potencial de expansão para o interior.

Criar competição esportiva permanente dos povos indígenas

Criar os Jogos dos Povos Indígenas do Amazonas como competição bienal permanente, realizada em municípios diferentes a cada edição, aproveitando a diversidade de mais de 69 etnias existentes no estado, a maior diversidade indígena do Brasil, e somando valor esportivo a potencial turístico para o interior.

Ampliar o circuito de corridas de rua no Amazonas

Apoiar e integrar as corridas já realizadas no estado, ampliando a participação de crianças, jovens, adultos e idosos e levando etapas também ao interior. Usar o calendário esportivo para estimular a atividade física e fortalecer eventos capazes de movimentar diferentes regiões do Amazonas.

Fazer da canoagem uma modalidade símbolo do Amazonas

Criar um circuito estadual de canoagem nos rios do Amazonas, com etapas no interior e participação de atletas locais, indígenas, ribeirinhos, nacionais e internacionais. Aproveitar a relação natural das comunidades com os rios para ampliar a prática esportiva, revelar talentos e criar competições capazes de movimentar os municípios.

Levar o Boi-Bumbá de Parintins à candidatura na UNESCO

Liderar a articulação da candidatura junto ao IPHAN e ao Itamaraty, processo que abre acesso a financiamento internacional de salvaguarda e posiciona Parintins de forma permanente no mapa cultural global.

Trazer artistas internacionais para residência criativa em Parintins

Hospedar em Parintins, ao longo do ciclo de produção dos bois, artistas e jornalistas estrangeiros que acompanham a construção das alegorias e produzem conteúdo que circula internacionalmente com a assinatura da cidade, financiado pela Política Nacional Aldir Blanc e pela Lei Rouanet.





DESENVOLVIMENTO *econômico*

 Amazonas possui uma economia fortemente influenciada pela Zona Franca de Manaus. Em 2023, o PIB estadual alcançou R\$161,8 bilhões, aproximadamente 1,5% do PIB brasileiro, com PIB per capita de R\$41.048. O valor colocou o estado na 14ª posição entre as 27 unidades da Federação, cerca de 24% abaixo da referência brasileira comparável, de R\$53.887. O principal desafio é diversificar a estrutura produtiva e interiorizar oportunidades de trabalho, renda e investimento.

A elevada cobertura de programas sociais evidencia a vulnerabilidade econômica de parcela expressiva da população. Em junho de 2026, o Bolsa Família atendia 625,4 mil famílias, com benefício médio de R\$724,47. Estima-se que essas famílias reúnem aproximadamente 1,6 milhão de pessoas, cerca de 38% da população estadual. O Auxílio Estadual, de R\$150 mensais, alcançava 300 mil famílias. O Gás do Povo atendeu mais de 185 mil famílias em maio. E o Plano Estadual de Assistência Social registrava cerca de 121 mil beneficiários do BPC em 2023. Esses contingentes não são cumulativos, pois há ampla sobreposição entre os programas.

Para a população em idade e condições de trabalho, a proteção social deve funcionar como ponte para a autonomia econômica e não como fator de drenagem de mão de obra em potencial. Isso exige ampliar a oferta de emprego formal, especialmente pela atração e expansão de empresas privadas, fortalecer a qualificação profissional, aproximar trabalhadores das vagas disponíveis e reduzir barreiras como falta de creches e dificuldades de mobilidade. A agenda é especialmente relevante diante da taxa de informalidade de 53,2% registrada no primeiro trimestre de 2026, a terceira maior entre as unidades da Federação.

No Ranking de Competitividade dos Estados de 2025, o Amazonas ocupa a 17ª posição geral, após cair seis posições em relação a 2024. O estado aparece em último lugar em Infraestrutura, 20º em Sustentabilidade Social e Potencial de Mercado e 24º em Educação. Entre os resultados positivos, ocupa a 2ª posição em Crescimento Potencial da Força de Trabalho, a 3ª em Comprometimento de Renda, a 6ª em Eficiência da Máquina Pública, a 8ª em Solidez Fiscal e Sustentabilidade Ambiental e a 9ª em Inovação. A competitividade, porém, continua limitada por custos operacionais e gargalos logísticos, com a 24ª posição em Custo de Combustíveis e a última em Qualidade das Rodovias. Turismo, bioeconomia e pesca permanecem como vetores relevantes de diversificação, condicionados à melhoria do acesso a financiamento, infraestrutura e integração logística.

INOVAR E DESTRAVAR PARA CRESCER

Programa Amazonas Facilita

Consolidar o Amazonas como o estado mais rápido do país para abrir, alterar e encerrar empresas, e integrar os 62 municípios à RedeSim Conectada até 2030, especialmente nos módulos de licenciamento, alvarás e integração municipal, em parceria com o SEBRAE-AM e o Convênio Redesim Conectada - Desenvolve MPE, de iniciativa nacional.

Implementar a Lei da Liberdade Econômica nos municípios do Amazonas

Ampliar a adesão dos municípios amazonenses à Lei de Liberdade Econômica, dispensando de alvará e licença as atividades de baixo risco.

Desburocratizar o licenciamento ambiental

Expandir o rol de atividades elegíveis do licenciamento ambiental imediato por autodeclaração (LAC/LAU) para micronegócios de baixo impacto.

Fortalecer a capacitação empreendedora no estado

Fortalecer e articular a rede existente (SEBRAE-AM, UEA, IFAM, FVA) num programa estadual de capacitação empreendedora com trilhas em bioeconomia, turismo de base comunitária e economia digital, com meta de empreendedores do interior capacitados/ano e sem criação de nova estrutura administrativa.

Ampliar o programa de inovação estadual

Ampliar o Programa de Inovação estadual, por meio da FAPEAM, com ampliação das empresas que investem em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no estado.

PREPARAR PARA O FUTURO

Programa técnico estadual sob demanda

Integrar CETAM, SENAI-AM, IFAM, UEA, SUFRAMA e empresas em um programa estadual de formação técnica orientado pela demanda, destinando oferta de qualificação às competências requeridas pelo Polo Industrial de Manaus, pela bioeconomia e pelas cadeias produtivas do interior. Os cursos deverão ser definidos com participação dos empregadores, combinar formação teórica e prática e publicar indicadores de matrícula, conclusão e inserção profissional, com utilização prioritária de recursos empresariais de PD&I e sem criação de nova estrutura administrativa.

Bolsas-compromisso para cursos técnicos

Criar bolsas-compromisso para cursos técnicos e superiores vinculados a profissões e territórios com escassez comprovada de trabalhadores, mediante contrapartida de atuação profissional no Amazonas por período proporcional ao benefício recebido, limitado a dois anos. A obrigação poderá ser cumprida no setor público, privado ou no terceiro setor, com restituição proporcional em caso de descumprimento e regras de suspensão para situações justificadas.

Rota estadual de primeiro emprego

Implantar a rota estadual de primeiro emprego, integrando escolas, CETAM, CIEE, Sistema S, organizações do terceiro setor e empresas para identificar estudantes concluintes da rede pública, oferecer preparação digital e profissional e encaminhá-los diretamente a vagas de aprendizagem, estágio e primeiro emprego.

Ampliar o ensino de inglês e competências digitais

Ampliar o ensino de inglês, espanhol e competências digitais nas escolas estaduais, incluindo o uso de Inteligência Artificial, programação e ferramentas de produtividade, por meio de componentes eletivos, formação de professores e parcerias com instituições certificadoras, preparando os jovens para o turismo, a indústria e a economia digital.

CONECTAR E DESENVOLVER

Inteligência para exportação

Conferir maior protagonismo à Gerência de Comércio Exterior da SEDECTI e ao InvestAmazonas, por meio do Programa Amazonas Exporta, voltado à inteligência comercial, preparação exportadora e promoção de vendas nacionais e internacionais, em parceria com ApexBrasil, SUFRAMA, Sebrae-AM e o setor produtivo, com metas de empresas atendidas, compradores alcançados e negócios prospectados.

Fortalecer o acesso ao mercado europeu

Facilitar o acesso das empresas amazonenses ao mercado europeu, aproveitando o Acordo Mercosul-União Europeia, com inteligência comercial, orientação regulatória e redução de entraves logísticos e aduaneiros.

Corredores regionais

Estruturar corredores regionais de comercialização nos principais eixos fluviais, por meio do Programa Armazéns do Amazonas, priorizando estruturas existentes e operação privada, mediante demanda comprovada e viabilidade econômico-financeira, além de articulação interestadual com foco nos estados integrantes do Consórcio Amazônia Legal.

APERFEIÇOAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Colocar a InvestAmazonas como protagonista na geração de negócios no estado

Fortalecer o InvestAmazonas como porta única do investidor, acompanhando projetos estratégicos de ponta a ponta, conectando órgãos e destravando gargalos.

Gabinete do Investidor

Implantar, por meio do InvestAmazonas, o Gabinete do Investidor do Amazonas, instância única de acompanhamento e desburocratização de grandes projetos de investimento, com prazo máximo garantido para todas as licenças e autorizações estaduais.

Digitalização virando redução de prazos

Transformar a digitalização em redução efetiva de prazos, revisando os fluxos internos do IPAAM, permitindo análises simultâneas e fixando metas públicas para o cumprimento dos prazos legais.

Dar previsibilidade a quem empreende

Dar previsibilidade a quem empreende, regulamentando a Análise de Impacto Regulatório e adotando a Avaliação de Resultado Regulatório, com consulta pública e revisão periódica de normas que imponham custos ou burocracias ao setor privado sem benefícios comprovados.

TORNAR O AMAZONAS UM DESTINO GLOBAL

Plano Estadual de Turismo

Executar e aperfeiçoar o Plano Estadual de Turismo do Amazonas 2026–2036, incorporando suas prioridades ao PPA e publicando anualmente os resultados de indicadores como fluxo de visitantes, permanência média, gasto turístico, empregos formais e investimentos privados mobilizados.

Conectividade nas áreas turísticas

Promover a expansão da conectividade aérea dos destinos turísticos do interior, elaborando estudos de demanda e viabilidade de rotas, articulando companhias aéreas, concessionárias aeroportuárias, operadoras, hotéis e organizadores de eventos e estimulando voos regulares, sazonais e fretados, sem ampliação de incentivos fiscais e com risco comercial assumido pela iniciativa privada.

Certificação do Ecoturismo

Implantar o Programa de Certificação do Ecoturismo Amazônico, com adesão voluntária, promovendo os padrões de qualidade, sustentabilidade e respeito às comunidades tradicionais e promovendo os destinos certificados nos principais mercados internacionais.

Floresta Aberta

Transformar as florestas estaduais em destino turístico sem gastar um real do contribuinte por meio da conclusão de concessões paradas, e democratizar o turismo no Amazonas.

Festival de Parintins

Fortalecer o Festival de Parintins como evento de nível olímpico, com estratégia de atração de turistas internacionais, melhoria da infraestrutura local e transmissão global.

Aprendizado de línguas

Ampliar a capacitação do aprendizado de línguas, com foco prioritário em inglês, espanhol e chinês, para melhor recepcionar turistas estrangeiros em solo amazonense.

Campanha internacional de promoção do Amazonas

Implementar campanha internacional de promoção do destino Amazônia, em parceria com a Embratur, em mercados prioritários como a América do Norte, América Latina, Europa e China.



FINANÇAS *públicas*



 Amazonas deve pouco, mas sobra pouco. Na nota de crédito que o Tesouro Nacional concede aos estados (CAPAG), o Amazonas tirou B+: a dívida é baixa e bem avaliada, mas o indicador que mostra quanto sobra do orçamento depois de pagar as contas do dia a dia está em 93,33% — ou seja, de cada R\$ 100 que o Estado arrecada, R\$ 93 já vão embora só para manter a máquina rodando, e sobram R\$ 7 para investir ou pagar dívida. Está a um passo de piorar de faixa e perder o acesso a empréstimos garantidos pela União. O caixa disponível também é curto: dá para cobrir poucos dias de despesa, sem colchão para um imprevisto. Por outro lado, o tamanho da dívida e a folha de pagamento estão bem dentro do limite legal. O raio-x de competitividade dos estados (Ranking CLP) confirma o quadro: o Amazonas caiu para 8º lugar em saúde fiscal, e no item que mede se o Estado está tomando empréstimo para bancar despesa do dia a dia, ele é o pior do país, e piorou 17 posições em um ano só.

A maior parte dessa pressão vem da aposentadoria dos servidores. O estudo atuarial mais recente aponta um rombo de R\$ 47,4 bilhões entre o que os fundos de pensão do funcionalismo vão receber e o que vão ter que pagar nos próximos anos. Esse rombo não fica no papel: o Estado cobre a diferença todo ano, tirando do caixa, R\$ 2,9 bilhões só em 2025, subindo para R\$ 3 bilhões por ano até o início da próxima década. E o fundo dos militares é o que mais preocupa: ao contrário do fundo dos servidores civis (que vai encolhendo), o rombo militar está crescendo, porque o Estado simplesmente não recolhe a parte que deveria pagar para esse fundo.

Há ainda um risco adicional que vai surgir entre 2029 e 2033: o ICMS (o principal imposto que sustenta o Amazonas, ligado à Zona Franca de Manaus) será substituído por um novo imposto compartilhado entre os municípios e estados (IBS). O estado terá que atuar ativamente junto ao Congresso Nacional para evitar perdas substanciais de arrecadação devido à alta dependência de incentivos fiscais para grandes indústrias, especialmente na área da Zona Franca de Manaus.

Diante desse quadro, as medidas deste eixo atacam a causa raiz por várias frentes: monitorar o orçamento, renegociar a dívida, simplificar a cobrança de impostos e defender a Zona Franca na transição tributária, estancar o rombo da aposentadoria, gerar receita fora do orçamento com concessões, sempre para investimento, e conter o maior gasto recorrente do Estado, a folha de pessoal. O alvo é o mesmo em todas: reconstruir a sobra que hoje falta, sem depender de uma solução externa que está fora do controle do Estado.

FAZER O DINHEIRO PÚBLICO RENDER MAIS

Vincular recursos a resultados

Condicionar a liberação de recursos de fundos à entrega de resultado verificado, não à assinatura de convênio: quem não executa, devolve.

Encerrar fundos que não entregam

Extinguir ou fundir fundos estaduais sem finalidade ativa, com relatório público de justificativa no primeiro ano de governo.

Abrir os números do Amazonas

Publicar trimestralmente o Painel Amazonas em Números, com atividade econômica, emprego e investimento por região, a partir de bases que o Estado já coleta (CEIPIM/SEDECTI) e Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de Manaus (Suframa) hoje inacessíveis ao cidadão comum. Consolidar o painel em parceria técnica formal com instituições que já produzem esses indicadores.

Dar transparência aos benefícios fiscais

Publicar anualmente o Orçamento de Benefícios Fiscais: quanto o Estado deixou de arrecadar, por empresa beneficiada, por setor e por município.

Impedir que a dívida pague a máquina

Fortalecer o cumprimento da Regra de Ouro, mediante acompanhamento mensal, transparência dos resultados e adoção de meta fiscal prudencial que impeça o uso recorrente de endividamento para financiar despesas correntes.

Cortar gastos que não entregam

Revisão permanente de gastos, com avaliação anual de programas com corte do que não entrega, no modelo do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas federal.

CONTROLAR A DÍVIDA PÚBLICA PARA PROTEGER O FUTURO

Conter gastos antes que a dívida cresça

Implementar um programa de contingenciamento automático de despesas caso o resultado primário do trimestre fique aquém da meta, preservando a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Abrir as contas da dívida pública

Elaborar e publicar anualmente o Relatório de Sustentabilidade da Dívida Pública do Amazonas, com projeções de longo prazo e análise de sensibilidade.

REDUZIR O PESO DO ESTADO PARA O EMPREENDEDOR

Preparar o Amazonas para a reforma tributária

Criar a Câmara Técnica Tributária do Amazonas, com representantes da SEFAZ, SUFRAMA, FIEAM e SEBRAE, para monitorar os impactos da reforma tributária federal e propor ajustes na legislação estadual.

Simplificar a vida do pequeno negócio

Integrar e simplificar os serviços digitais da SEFAZ-AM, reunindo atendimento, documentos fiscais, pagamentos e regularização em uma jornada única para pequenos negócios.

Negociar dívidas sem premiar a inadimplência

Fortalecer a transação tributária estadual, com editais baseados na capacidade de pagamento e na possibilidade de recuperação da dívida, priorizando pequenos negócios, empresas em recuperação e créditos de difícil cobrança, sem promover anistias gerais recorrentes.

Tratar melhor quem paga em dia

Implementar programa estadual de conformidade tributária, com autorregularização, tratamento diferenciado aos bons contribuintes e fiscalização focada em fraudes e devedores contumazes.

GARANTIR A APOSENTADORIA COM RESPONSABILIDADE

Regularizar a contribuição para a previdência militar

Estabelecer contribuição regular do governo estadual para a previdência dos militares, reduzindo déficits e gastos inesperados.

Planejar hoje para pagar as aposentadorias de amanhã

Planejar os recursos para pagar aposentadorias e pensões de servidores e militares, evitando rombos e garantindo transparência.

Recuperar receitas e combater desperdícios

Ampliar a recuperação de receitas previdenciárias, com metas para compensação entre regimes, cobrança de contribuições em atraso, atualização cadastral e auditoria permanente da folha de benefícios.

A full-page background image showing a vast agricultural landscape at sunset. In the foreground, there are rows of green crops, possibly soybeans. To the right, a herd of white and brown cows stands in a grassy field. In the middle ground, a tractor is plowing a field, kicking up a cloud of dust. The background is a dense forest of green trees. The sky is filled with large, dramatic clouds illuminated by the warm light of the setting sun.

AGRONEGÓCIO

Em bora tenha participação relativamente pequena na economia estadual, o setor primário possui grande importância social e territorial no Amazonas, sendo responsável por levar emprego e renda para grande parte do interior do nosso estado. Em 2023, a agropecuária respondeu por 4,6% do PIB estadual, o equivalente a R\$ 7,44 bilhões. Sua participação, porém, permaneceu praticamente estável em relação a 2019. Em volume, após crescer 5,5% em 2022, o setor recuou 3,3% em 2023, afetado pela estiagem severa, que prejudicou tanto a produção quanto o escoamento.

O último Censo Agropecuário identificou aproximadamente 81 mil estabelecimentos e 331 mil pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias do estado. A produção é marcada pela agricultura familiar e por cadeias como mandioca, banana, açaí, pescado, produtos florestais e criação animal. A pesca possui especial relevância econômica e social no interior: em julho de 2026, o Amazonas contava com 147,3 mil pescadores artesanais registrados.

A produção rural do Amazonas também se organiza em polos com vocações bastante distintas. O sul e o sudoeste concentram a produção de grãos, com destaque para a expansão da soja em Humaitá, Lábrea, Canutama, Boca do Acre e Guajará. Em outras regiões, ganham força cadeias como a mandioca em Tefé e Manacapuru, o guaraná em Maués, Urucará e Presidente Figueiredo, o abacaxi em Novo Remanso, a banana em Manicoré e Rio Preto da Eva, além de açaí, cacau, juta e malva, castanha, pesca e piscicultura.

O principal desafio não é reproduzir o modelo agropecuário de outras regiões, mas aumentar a produtividade e o valor agregado da produção, de forma compatível com as características amazônicas. Isso exige assistência técnica mais presente e orientada a resultados, regularização fundiária, ambiental e sanitária, acesso efetivo ao crédito, adaptação às secas e cheias, armazenagem e cadeia do frio, infraestrutura de escoamento e conexão com compradores.

O estado já dispõe de instituições como IDAM, AFEAM, ADS, ADAF, IPAAM e SECT, além de parcerias possíveis com Embrapa, UFAM, UEA, Fapeam, Banco da Amazônia e cooperativas. A prioridade deve ser integrar e fortalecer essas estruturas, reduzir entraves ao produtor e concentrar recursos nas cadeias com demanda comprovada, potencial de agregação de valor e capacidade de gerar renda no interior.

PRODUZIR MAIS E MELHOR

Levar assistência técnica a quem produz

Fortalecer a assistência técnica prestada pelo IDAM, com equipes móveis, atendimento digital e metas públicas de produtores atendidos, aumento de produtividade e acesso ao mercado, priorizando as cadeias produtivas de cada região.

Conectar pesquisa e produção no campo

Integrar Embrapa, Fapeam, universidades, institutos de ensino e produtores em projetos de pesquisa aplicada, voltados ao desenvolvimento de cultivos, sistemas agroflorestais, técnicas de manejo e tecnologias adaptadas ao clima e ao solo amazônicos.

Fortalecer cooperativas para ganhar escala

Apoiar cooperativas e associações de produtores na compra conjunta de insumos, beneficiamento e comercialização, com capacitação em gestão, transparência e acesso a compradores, sem criação de novas estruturas estatais.

REGULARIZAR E PROTEGER QUEM PRODUZ

Unificar a regularização do produtor rural

Implantar uma jornada integrada de regularização do produtor rural, articulando SECT, IDAM, IPAAM, ADAF, cartórios e órgãos federais para reunir orientação fundiária, ambiental, sanitária e cadastral em um único fluxo.

Acelerar a regularização de quem está no campo

Ampliar o apoio ao georreferenciamento e à regularização fundiária e ambiental de pequenos produtores, priorizando áreas produtivas consolidadas e reduzindo os entraves que impedem o acesso ao crédito e à comercialização formal.

Destruar o crédito rural

Facilitar o acesso ao crédito rural pelas estruturas já existentes, integrando IDAM, AFEAM, Banco da Amazônia, cooperativas de crédito e Pronaf na elaboração de projetos, orientação documental e adequação dos pagamentos ao ciclo produtivo.

Proteger a produção contra secas e cheias

Desenvolver proteção financeira contra secas e cheias extremas, em parceria com o Governo Federal, instituições financeiras e seguradoras, com critérios objetivos e cobertura compatível com os riscos da agricultura, pesca e aquicultura amazônicas.

CONECTAR A PRODUÇÃO AOS MERCADOS

Melhorar as rotas de escoamento

Modernizar trapiches, acessos rodoviários e pontos de carregamento utilizados no escoamento da produção, com prioridades definidas pelo volume transportado, impacto sobre o custo logístico e número de produtores atendidos.

Atrair parceiros para operar a infraestrutura

Atrair operadores privados, cooperativas e associações para administrar estruturas logísticas e de beneficiamento, por meio de concessões, arrendamentos ou parcerias, evitando instalações públicas sem manutenção e uso permanente.

Levar a produção do interior a novos mercados

Integrar as cadeias do interior ao Programa Amazonas Exporta, oferecendo inteligência comercial, adequação sanitária, rastreabilidade, certificações demandadas pelo mercado e conexão direta com compradores nacionais e internacionais.

FORTALECER A PESCA E A AQUICULTURA

Levar assistência técnica a pescadores e aquicultores

Ampliar a assistência técnica aos pescadores e aquicultores, com orientação sobre produtividade, manejo, alimentação, sanidade, processamento, conservação e comercialização do pescado.

Expandir o manejo sustentável do pirarucu

Expandir o manejo sustentável do pirarucu e de outras espécies, aproveitando experiências bem-sucedidas, garantindo rastreabilidade, participação das comunidades na receita e acesso a mercados de maior valor.

Abrir mercados para o pescado amazonense

Fortalecer a inspeção, o processamento e a rastreabilidade do pescado amazonense, permitindo que pequenos produtores acessem supermercados, restaurantes, compras institucionais e mercados externos.

DEFENDER A PROPRIEDADE RURAL

Combater a grilagem e as fraudes fundiárias

Combater a grilagem, as fraudes e as sobreposições de terras, por meio da atuação conjunta dos órgãos estaduais e federais, do Ministério Público e das forças de segurança, com mapeamento das áreas mais críticas.

Proteger quem produz de boa-fé

Proteger os legítimos proprietários, posseiros e produtores de boa-fé, ampliando a orientação jurídica e administrativa e impedindo que fraudes, invasões ou sobreposições cadastrais comprometam o acesso ao crédito, a continuidade da produção e o direito à terra.

Resolver conflitos fundiários com diálogo e segurança

Ampliar a mediação e a conciliação dos conflitos fundiários, em parceria com o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, o Ministério Público e os municípios, buscando soluções mais rápidas e seguras, com respeito aos direitos de propriedade, às comunidades tradicionais e às terras públicas.

Acelerar a regularização da terra

Destruar a regularização fundiária rural, integrando SECT, INCRA, SPU, IPAAM, cartórios e municípios em um fluxo único, com metas, prazos e acompanhamento público, sem criar nova estrutura permanente.

Corrigir sobreposições e títulos irregulares

Revisar e sanear a malha fundiária do Amazonas, cruzando os cadastros estaduais com as bases ambientais, federais e cartoriais para corrigir sobreposições, duplicidades, fraudes e títulos sem cadeia dominial válida.

TRANSFORMAR A FLORESTA EM RENDA**Fazer o mercado de carbono funcionar**

Colocar em funcionamento os instrumentos estaduais de serviços ambientais e carbono já previstos em lei, alinhando-os ao sistema federal, com transparência, integridade dos créditos e repartição justa dos benefícios com as comunidades.

Agregar valor aos produtos da floresta

Apoiar o beneficiamento e a agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade, como açaí, castanha, cacau, óleos, fibras e ingredientes naturais, aproximando produtores de indústrias, investidores e centros de pesquisa.

Certificar sem criar mais burocracia

Ampliar a rastreabilidade e a certificação exigidas pelos mercados, aproveitando mecanismos reconhecidos nacional e internacionalmente, sem criar novos selos públicos que apenas aumentem a burocracia.

Processar no Amazonas para gerar renda aqui

Atrair empresas para processar matérias-primas amazônicas no próprio estado, por meio do InvestAmazonas e de parcerias com produtores e comunidades, gerando renda local e reduzindo a exportação de produtos sem beneficiamento.



TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO



A principal questão do Amazonas não é a ausência de regras nem de órgãos de fiscalização. É que a arquitetura de controle do estado foi construída para aparentar funcionamento, não para impedir o desvio. Investigações recentes da Polícia Federal, amplamente noticiadas, revelaram esquemas de contratação sem licitação e aplicação irregular de recursos previdenciários, casos em que os mecanismos internos de controle não foram os responsáveis por interromper o problema.

Essa arquitetura reativa não é acidente. Quase tudo o que sustenta os grandes desvios acontece dentro da legalidade formal até o momento em que vira crime: cargo comissionado sem função técnica, contrato com empresa de sócio de agente público, ausência de quarentena para quem sai de uma secretaria direto para o setor que regulava.

Se o diagnóstico é esse, a resposta não pode ser mais um índice de publicidade formal ou mais uma auditoria pontual depois do fato. É preciso deslocar o controle para dentro da própria máquina e para antes do dano, transformando a transparência de vitrine de ranking em instrumento real de rastreamento.

FORTALECER A FISCALIZAÇÃO E A DETECÇÃO PRECOCE DE IRREGULARIDADES

Monitorar compras públicas com inteligência artificial

Implantar sistema de análise automatizada por IA que acompanhe licitações e contratos do estado em tempo real, identificando padrões de risco, como fornecedores recorrentes, preços acima do mercado e dispensas injustificadas, antes que o dano se consume, com alertas automáticos para a CGE-AM e o TCE-AM. É trocar a fiscalização que só chega depois da denúncia por um controle que age antes do prejuízo ao cofre público.

Fortalecer a capacidade de controle da CGE-AM

Ampliar o uso de auditorias baseadas em risco, cruzamento de dados e acompanhamento das recomendações, priorizando a prevenção de desperdícios, irregularidades e falhas de gestão.

Recompensar quem ajudar a recuperar dinheiro desviado

Regulamentar no Amazonas a recompensa prevista na Lei Federal nº 13.608/2018, permitindo pagamento de até 5% do valor efetivamente recuperado quando informações fornecidas pelo denunciante resultarem na recuperação de recursos desviados da Administração Pública. Garantir sigilo da identidade e proteção contra retaliações.

ELIMINAR CONFLITOS DE INTERESSE E PRIVILÉGIOS NO CARGO PÚBLICO

Ampliar quarentena para quem deixa cargos de direção

Criar, por lei estadual, quarentena mínima de seis meses para ex-secretários, diretores e assessores superiores, vedando consultoria ou vínculo profissional com empresas que tiveram relação contratual ou regulatória com o órgão que dirigiram, compatibilizando a quarentena estadual à da lei federal para cargos DAS 5 e 6. Cargo público deixa de ser trampolim para negócio privado.

Reduzir e qualificar o quadro de cargos comissionados

Auditar o quadro de comissionados do Executivo, extinguindo os sem atribuição técnica ou gerencial documentada e fixando piso de servidores efetivos nos cargos restantes. Menos cargo de acomodação política é mais eficiência e menos custo para o contribuinte.

DAR AO CIDADÃO ACESSO REAL ÀS CONTAS DO ESTADO

Tornar o Portal da Transparência mais simples para o cidadão

Integrar as consultas do Portal da Transparência em uma interface única, com busca por pessoa, empresa, órgão e contrato, navegação adaptada ao celular e visualização dos dados sem necessidade de baixar planilhas ou documentos.

Levar a transparência estadual para cada um dos 62 municípios

Criar painéis territorializados que mostrem, por município, os repasses recebidos, os contratos com fornecedores locais, os indicadores de saúde e educação e a situação fiscal junto ao TCE-AM e CGE.

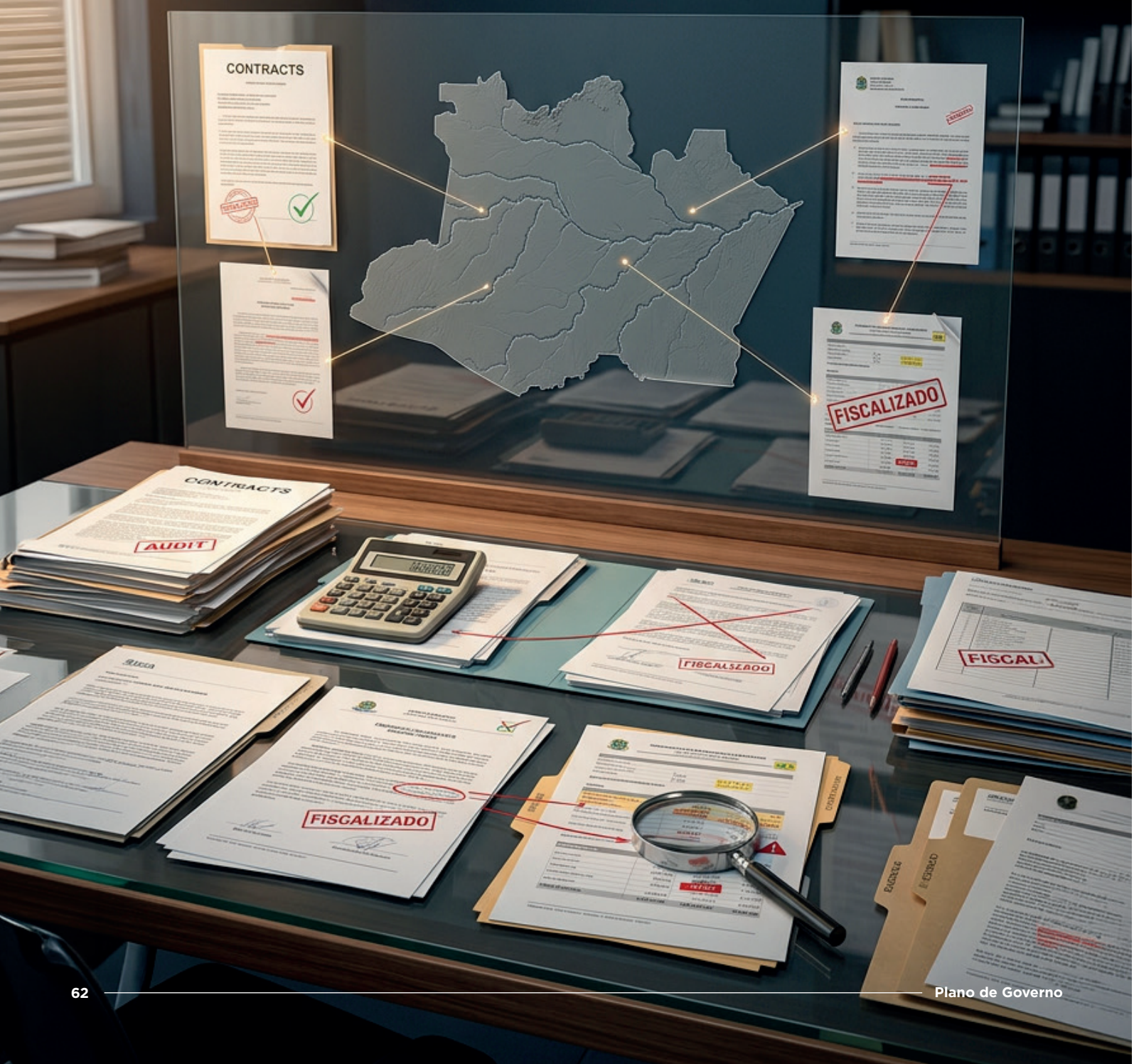
Publicar relatório anual de integridade do Executivo

Obrigar, por decreto, a publicação anual de um Relatório de Integridade com os resultados das auditorias da CGE-AM, os processos disciplinares abertos e concluídos, os contratos anulados por irregularidade e os alertas do TCE-AM com as respectivas providências adotadas. Transparência sem avaliação é só publicidade: esse relatório transforma dado em responsabilização.

Rastrear cada emenda até a entrega

Transformar o atual painel de emendas em uma ferramenta de acompanhamento simples e completa, mostrando quem indicou o recurso, qual município e entidade foram beneficiados, o objeto da emenda, os valores pagos e o andamento da execução. Informar também o que foi efetivamente entregue e, quando a emenda estiver parada, o motivo do impedimento.

SEGURANÇA *pública*



○ Amazonas é o maior estado do Brasil em território, com mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados divididos em 62 municípios, a maioria alcançável apenas por rio ou por avião, e faz fronteira com três países expostos às principais rotas de cocaína da América do Sul: Peru, Colômbia e Venezuela. Essa geografia, que já é um desafio para levar saúde e educação ao interior, também abre caminho para o crime organizado se instalar onde o estado tem menos presença.

Enquanto isso, o efetivo policial encolheu: caímos de 11.571 para 10.281 policiais civis e militares em uma década, com distribuição desigual que deixa municípios de fronteira largados à própria sorte. Parintins, por exemplo, deveria ter 400 policiais militares e conta hoje com apenas 181, muito abaixo do necessário para atender o município. Essa escassez tem preço: facções como o Comando Vermelho já disputam ou dominam mais de 280 cidades da Amazônia Legal, avanço de mais de 120% em apenas dois anos, apreendendo cada vez mais cocaína pela rota fluvial e passando a atuar também no garimpo ilegal e na extração clandestina de madeira como fonte de financiamento.

Enquanto o crime se espalha, o sistema prisional não responde à altura. As maiores unidades de Manaus operam com ocupação de até 167% da capacidade, bem acima da já alarmante média nacional, o que facilita que lideranças de facção sigam comandando o crime de dentro da própria cela. Uma parceria que poderia ter ampliado vagas está parada na Justiça desde 2021, e o monitoramento eletrônico, hoje concentrado no regime semiaberto, ainda não é usado como deveria para desafogar presos provisórios sem risco.

Já em relação a mulheres, crianças e idosos, os números recentes trazem uma notícia melhor, com queda expressiva nos homicídios femininos e infantis entre 2023 e 2024, mas a violência sexual contra crianças na região segue acima da média nacional, com destaque justamente para os municípios mais próximos da fronteira. Esse quadro, de crime organizado avançando, presídios lotados, efetivo policial escasso e grupos vulneráveis ainda desprotegidos, exige um plano de segurança pública construído sobre quatro frentes.

DESARTICULAR O CRIME ORGANIZADO E CORTAR SEU FINANCIAMENTO

Firmar cooperação com autoridades americanas para identificar pessoas e empresas ligadas ao PCC e ao Comando Vermelho

Usar as designações e sanções dos Estados Unidos como fonte adicional de inteligência para identificar empresas, sócios e redes financeiras ligadas às facções, ampliando a troca de informações e as investigações patrimoniais. Os alertas serão cruzados com as bases estaduais para impedir, nos termos da legislação brasileira, que empresas vinculadas ao crime organizado recebam contratos ou incentivos fiscais do Amazonas. Nós vamos transformar a cooperação internacional em ferramenta para seguir o dinheiro das facções e impedir que empresas ligadas ao crime organizado façam negócios com o estado.

Instalar base fluvial fixa no alto Rio Negro

Reunir Polícia Militar, Polícia Civil e perícia numa base fluvial permanente no corredor São Gabriel da Cachoeira–Cucuí, com apoio da Polícia Federal e do Exército. Onde o crime hoje circula livre, a bandeira do Amazonas passa a ter presença fixa.

Cruzar dados fiscais para identificar empresas de fachada usadas na lavagem de dinheiro do crime organizado

Cruzar automaticamente dados de ICMS e nota fiscal eletrônica entre o fisco estadual e a polícia especializada para identificar empresas de fachada usadas pelas facções. O dado que o estado já coleta todos os dias vira ferramenta de investigação, em vez de ficar parado à espera da denúncia.

Cruzar dados de compra de ouro com áreas de garimpo ilegal já mapeadas por satélite

Cruzar os dados da NF-e Ouro e de outras bases fiscais, mediante cooperação com a Receita Federal, com áreas de garimpo ilegal identificadas por imagens de satélite pela Sema, Ibama e demais órgãos competentes. O cruzamento permitirá identificar compras concentradas próximas a áreas de extração ilegal e gerar alertas para investigação de lavagem de dinheiro e financiamento do crime organizado.

REDUZIR A SUPERLOTAÇÃO E RETOMAR O CONTROLE DOS PRESÍDIOS

Transferir lideranças de facção para o Sistema Penitenciário Federal

Tornar automática, e não apenas uma resposta a rebeliões, a solicitação de transferência de líderes de facção presos no Amazonas para unidades do Sistema Penitenciário Federal. Cortar o comando na origem é a forma mais rápida de esvaziar o poder das facções lá dentro.

Retomar a parceria penitenciária, com metas obrigatórias de redução de superlotação

Renegociar e relançar a parceria público-privada do Complexo Penitenciário do Amazonas, com cláusulas vinculantes de redução de superlotação e punição por descumprimento. O amazonense já esperou tempo demais por vagas que deveriam ter sido entregues.

Ampliar o monitoramento eletrônico para presos provisórios de baixo risco

Direcionar o uso da tornozeleira eletrônica para presos provisórios primários, sem violência e sem vínculo com facção. Desafogar quem pode esperar o julgamento fora da cela é segurança para todo mundo, dentro e fora do presídio.

FORTALECER E DISTRIBUIR MELHOR O EFETIVO DE SEGURANÇA

Reservar vagas de concurso para municípios de déficit crônico, com permanência mínima obrigatória

Vincular parte das vagas de concurso da PM e da PC a municípios de déficit crônico, como Parintins, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, com tempo mínimo de permanência antes de qualquer transferência para a capital. Quem mora na fronteira também tem direito a polícia por perto.

Instituir gratificação permanente para quem servir de forma fixa na fronteira e nas áreas mais remotas

Pagar adicional mensal ao policial que optar por permanecer lotado em municípios de fronteira e localidades de difícil acesso, com valor maior conforme a dificuldade de fixação de efetivo. O benefício será devido enquanto houver exercício efetivo na localidade, para tornar os postos mais difíceis mais atrativos e reduzir a rotatividade policial.

Apoiar a criação de guardas municipais no interior

Oferecer capacitação e equipamento para que municípios do interior criem suas próprias guardas municipais, assumindo tarefas de trânsito e proteção patrimonial. Assim, o policial escasso do interior volta a fazer o que só ele pode fazer: proteger o amazonense do crime pesado.

PROTEGER MULHERES, CRIANÇAS E IDOSOS DA VIOLÊNCIA

Levar sala lilás para todas as delegacias interativas do interior

Estabelecer meta e cronograma para que toda Delegacia Interativa do interior tenha uma Sala Lilás, espaço de atendimento especializado a mulheres, crianças e idosos em situação de vulnerabilidade. Proteção não pode ser privilégio de quem mora perto da capital.

Lançar unidade fluvial itinerante de atendimento à mulher

Levar, em rotação pelos rios do estado, os serviços integrados de atendimento à mulher: delegacia, apoio psicossocial e encaminhamento para medida protetiva.

Levar o atendimento integrado ao idoso vítima de violência para polos regionais do interior

Expandir o modelo de atendimento integrado à pessoa idosa vítima de violência para pelo menos um polo em cada sub-região do estado: Alto Solimões, Médio Solimões, Rio Negro e Sul do Amazonas.

Instalar núcleo permanente de proteção à criança nas áreas de garimpo do sul do Amazonas

Criar unidade permanente da Polícia Civil, com atuação fixa em Humaitá, Lábrea e Manicoré, corredor do Rio Madeira onde o garimpo ilegal já expôs crianças à exploração. Presença preventiva vale mais do que investigação depois que o crime já aconteceu.



POLÍTICA *externa*

COLÔMBIA

BRASIL

Tabatinga

Leticia

PERU

Iquitos

○ Amazonas é o único estado da região Norte com fronteira com três países (Peru, Colômbia e Venezuela), quase 4 mil quilômetros de extensão, e abriga a maior extensão de floresta amazônica entre os estados brasileiros. Essa posição já rendeu inserção internacional concreta: o estado é membro fundador da força-tarefa global de governadores pelo clima desde 2008, já sediou sua reunião anual em Manaus, representou o Brasil em fóruns internacionais sobre floresta e clima, e captou mais de R\$76 milhões em 2023 com parceiros como o BID e o banco alemão KfW para seu programa de créditos de carbono.

O problema é que quase toda essa articulação passa pela Secretaria de Meio Ambiente. A secretaria que deveria cuidar das relações internacionais do estado está sediada em Brasília e volta seu trabalho para a relação com a União, não para a articulação com outros países, o que deixa a fronteira viva do Amazonas sem representação estadual permanente. Em Tabatinga, cidade que forma uma só mancha urbana com a colombiana Letícia e divide fronteira fluvial com a peruana Santa Rosa, não existe sequer registro contínuo da comissão de vizinhança entre uma gestão e outra.

O Amazonas tem fronteira, tem floresta valiosa e tem gente pronta para trabalhar; falta o estado assumir, com estrutura própria, o protagonismo que hoje divide com a União ou simplesmente não exerce. É isso que propomos, em três eixos centrais:

INTEGRAR O AMAZONAS À FRONTEIRA VIVA COM PERU E COLÔMBIA

Garantir Assento Estadual Permanente na Mesa Binacional de Integração Fronteiriça

Formalizar, por decreto, a presença permanente de um representante do Amazonas na Mesa Binacional e na Comissão de Vizinhança da fronteira com Peru e Colômbia. A fronteira ganha um interlocutor estadual estável, sem criar nenhuma estrutura nova.

Incluir o Alto Solimões no Roteiro de Turismo Sustentável Binacional

Entrar, pela Amazonastur, no mecanismo de coordenação binacional já mapeado pelo BID com um plano de promoção comercial conjunto entre Letícia e Tabatinga. O estado assume a promoção turística, sem custear infraestrutura, que é responsabilidade federal e municipal.

TRANSFORMAR A FLORESTA EM INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Criar núcleo de captação internacional para áreas não ambientais, com presença em Manaus

Ampliar o mandato do escritório que o Amazonas já mantém em São Paulo para captar recursos internacionais também para saúde, ciência e infraestrutura social. Captação internacional não pode ser força de uma pasta só.

Replicar o modelo de captação internacional da secretaria de meio ambiente para as demais secretarias

Criar protocolo interno simples para transferir o conhecimento de captação internacional, como mapeamento de editais e linhas de crédito, para todas as secretarias do estado. O que já funciona numa pasta pode funcionar em todas, sem gastar um real a mais nisso.



SAÚDE



A rede estadual de saúde do Amazonas realizou mais de 31 milhões de atendimentos em 2025, com investimento público de cerca de R\$466 por habitante. Apesar do gasto contido quando comparado com outras capitais brasileiras, Manaus opera com a menor proporção de leitos hospitalares entre todas as capitais brasileiras, e a região Norte como um todo tem a pior razão de leitos do país.

O quadro recente traz avanços: queda de 25% na mortalidade materna em 2025 (depois de uma queda de quase 40% em 2024), redução de 11% na mortalidade infantil, 58 novos leitos de UTI espalhados pelo interior e uma fila de cirurgias eletivas 60% menor graças a um programa estadual recente de mutirões cirúrgicos. São resultados que mostram que é possível avançar mesmo com recursos limitados, mas a base histórica da qual o estado parte ainda é desfavorável em quase todas as frentes.

Essa melhora é puxada por Manaus e por um punhado de municípios-polo; a maior parte do interior segue dependente de equipes itinerantes, telessaúde e da capacidade técnica desigual de 62 municípios muito diferentes entre si. É esse hiato entre capital e interior, e entre o que já funciona e o que ainda falta institucionalizar, que orienta as seis frentes a seguir:

LEVAR SAÚDE BÁSICA E PREVENÇÃO A QUEM VIVE NO RIO

Expandir as equipes de saúde fluvial e ribeirinha para os municípios prioritários

Definir, com os municípios, cronograma de expansão das equipes de saúde fluvial e ribeirinha para os territórios ainda sem cobertura, usando incentivo federal já disponível mais contrapartida estadual para embarcações.

Ampliar a telessaúde estadual com protocolos de triagem preventiva

Acrescentar, na plataforma de telessaúde já implantada em todos os municípios, protocolos de triagem para hipertensão, diabetes e rastreamento de câncer. É prevenção chegando pela tela, usando uma estrutura que já está no ar.

AMPLIAR O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E DE ALTA COMPLEXIDADE

Levar UTI polo a novos municípios-referência do interior

Definir o próximo polo prioritário de UTI, como São Gabriel da Cachoeira, referência do Alto Rio Negro, replicando o modelo que já deu certo em outros municípios do interior. Interior com UTI própria é vida salva sem precisar viajar até Manaus.

Firmar parceria com hospitais filantrópicos para ampliar leitos em Manaus

Estruturar parceria de compra de leitos complementares com Santas Casas e hospitais filantrópicos já instalados na capital.

Reduzir e publicar o tempo de resposta da remoção aérea de pacientes graves

Publicar e perseguir meta de redução do tempo entre a solicitação e a chegada da UTI aérea aos municípios mais distantes. Transparência num serviço que salva vidas é respeito com quem mora longe.

FORMAR E FIXAR PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO INTERIOR

Vincular vagas de residência médica estaduais à permanência obrigatória no interior

Condicionar parte das vagas de residência financiadas pelo estado a um período mínimo de atuação no interior depois da formação. Quem se forma com dinheiro público do Amazonas também serve o Amazonas.

Apoiar a abertura de novos programas de residência médica fora de Manaus

Criar linha de apoio, com preceptoría e bolsa complementar, para instituições que abrirem novos programas de residência no interior. Cada novo polo formado fora da capital é um médico a menos concentrado em Manaus.

Articular a atração para vagas federais do Mais Médicos Especialistas junto ao SUS

Mapear os serviços aptos, aderir aos chamamentos federais e atuar ativamente para atrair médicos às vagas do Mais Médicos Especialistas no interior. O Estado dará suporte aos municípios e unidades do SUS para habilitar novas vagas e reduzir postos federais não preenchidos.

FORTALECER A REGULAÇÃO E A VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Integrar os resultados do Laboratório Central à telessaúde para agilizar o diagnóstico no interior

Ampliar a plataforma de telessaúde já existente para incluir resultados laboratoriais em tempo real. Menos tempo entre a coleta e o diagnóstico é tratamento começando mais cedo.

CUIDAR DA SAÚDE MENTAL, COM ATENÇÃO ESPECIAL AOS POVOS INDÍGENAS

Priorizar CAPS Dedicado em Regiões de Alta Incidência de Suicídio Indígena.

Concentrar a implantação de CAPS em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, em atuação conjunta com os distritos sanitários indígenas federais do Alto Solimões e do Alto Rio Negro.

REDUZIR A MORTALIDADE EVITÁVEL NA SAÚDE DA MULHER

Vincular a vacinação contra HPV às rotas de rastreamento de câncer de colo do útero

Integrar as campanhas de vacinação contra HPV em adolescentes às mesmas rotas de rastreamento, tratando prevenção primária e secundária como uma coisa só. Duas ações, uma só viagem até a comunidade.

Reorganizar o fluxo assistencial para reduzir o tempo entre diagnóstico e tratamento

Adotar formalmente as recomendações técnicas já produzidas sobre o tema para encurtar o intervalo entre o diagnóstico do câncer do colo do útero e o início do tratamento. Diagnóstico rápido só salva vida se o tratamento começar rápido também.

Famílias atípicas

Garantir atenção integral às famílias atípicas, com políticas públicas que ampliem o acesso à saúde, à educação, à assistência social e à inclusão, assegurando atendimento especializado, suporte às famílias e respeito às necessidades específicas de cada pessoa.

EDUCAÇÃO SUPERIOR, CIÊNCIA *e tecnologia*



○ Amazonas é o estado mais intensivo em tecnologia do Brasil, puxado pela Zona Franca de Manaus: o Polo Industrial faturou mais de R\$75 bilhões só entre janeiro e abril de 2025 (cerca de US\$13 bilhões), quase o dobro do que faturava em 2019, gerando mais de 130 mil empregos formais diretos. A lei que sustenta a Zona Franca obriga essas empresas a investir em pesquisa e inovação, o que já criou uma rede de mais de 40 institutos de ciência e tecnologia e mais de cem startups.

O problema é que essa força depende quase inteiramente do incentivo fiscal federal, não de condição própria do estado: o mesmo estudo que coloca o Amazonas em 1º lugar em intensidade tecnológica também o coloca entre os piores em infraestrutura e em proteção de propriedade intelectual. O estado é, pelo quinto ano seguido, o que mais investe do Brasil em bolsas de mestrado e doutorado, mas essa força de fomento à pós-graduação ainda chega a pouco do interior.

Ou seja: o Amazonas já tem indústria de ponta e talento técnico formado; falta conectar as duas coisas entre si e ao interior. Por isso, propomos avançar em duas frentes:

FORMAR CAPITAL HUMANO PARA A ECONOMIA DO AMAZONAS

Vincular bolsa de permanência ao painel de evasão por campus

Garantir que a universidade estadual passe a alocar a bolsa de permanência estudantil por campus com base em dado real de evasão, priorizando quem mais perde aluno, em vez de distribuição genérica. Assim, o recurso vai para onde a evasão de fato acontece, em vez de ser distribuído igualmente entre campi com realidades diferentes.

Redirecionar Vagas da Universidade Estadual para as Áreas de Maior Demanda do Polo Industrial.

Garantir que a universidade estadual passe a priorizar, na expansão de vagas já planejada, as áreas de maior demanda comprovada pela indústria de Manaus. Formar para o emprego que existe é o oposto de formar para a fila do desemprego.

TRANSFORMAR INOVAÇÃO EM EMPREGO E EXPORTAÇÃO

Alinhar a formação técnica ao déficit de mão de obra do polo industrial

Formalizar parceria entre a secretaria de desenvolvimento e as escolas técnicas do estado para direcionar vagas já existentes às áreas de maior demanda comprovada da indústria. Formação técnica alinhada à indústria é emprego garantido para quem se qualifica.

Capacitar Startups e pesquisadores locais no uso do escritório regional de propriedade intelectual

Organizar capacitação e apoio jurídico para que startups e pesquisadores usem a estrutura de patentes já instalada em Manaus. Presença institucional só vale a pena se virar patente registrada e negócio protegido.

Priorizar, no Programa Estadual de Aceleração de Startups, projetos conectados ao polo industrial

Priorizar, dentro dos critérios já existentes do programa de aceleração de startups, propostas que dialoguem com as cadeias de fornecimento do Polo Industrial. Startup e indústria tradicional andando juntas geram mais emprego do que cada uma por conta própria.

TELECOMUNICAÇÕES E CONECTIVIDADE

A conectividade da Amazônia depende hoje, na sua espinha física, de um programa federal: 13 mil quilômetros de cabo de fibra óptica passando pelo fundo dos rios, conectando 70 municípios em seis estados com investimento de R\$759 milhões e benefício estimado para mais de 7 milhões de pessoas. É a maior obra de conectividade já feita na região, e o Amazonas participa dela sobretudo como coadjuvante técnico, não como protagonista.

O principal envolvimento direto do governo estadual nessa obra veio da

universidade estadual, cuja plataforma de monitoramento climático e boletim hidroclimático ajudaram a orientar a instalação de um dos trechos, e cujos alunos de mestrado deram oficinas para comunidades ribeirinhas e indígenas impactadas pela nova infraestrutura. É uma parceria técnica valiosa, mas pontual, e o estado ainda não tem papel formal na chegada da fibra até a ponta final: a escola, o posto de saúde, a praça pública.

Enquanto isso, quem tem preenchido essa lacuna é a iniciativa privada. Um projeto da Fundação Amazônia Sustentável já levou internet via satélite Starlink a 31 comunidades ribeirinhas do Amazonas, e uma articulação filantrópica independente conectou cerca de 140 escolas isoladas da região à rede, sem custar nada ao estado. O Pará já foi além e fechou contrato oficial com a Starlink para conectar 100% das suas escolas rurais — um modelo de parceria que o Amazonas ainda não tem.

A fibra troncal é federal e já está sendo paga; o que falta ao Amazonas é assumir a última milha, ou seja, o trecho final que decide se a internet de alta velocidade chega mesmo a quem precisa dela. É isso que propomos:

LEVAR A CONECTIVIDADE FEDERAL ATÉ A PORTA DO CIDADÃO

Implementar as Praças Digitais

Instalar internet via satélite gratuita em uma praça pública nos 62 municípios do Amazonas, com mobiliário, energia e cobertura mínima de apoio. Cada praça vira ponto de estudo, trabalho e negócio para quem hoje não tem banda larga estável em casa.

Levar a fibra óptica do programa federal até escolas e unidades de saúde do interior

Mapear, junto ao operador do programa federal, os pontos de chegada da fibra em cada município e estruturar plano estadual de extensão até escolas e unidades de saúde, sem duplicar a infraestrutura já paga pela União. A internet que já chegou ao município precisa chegar também à sala de aula e ao posto de saúde.

Formalizar parceria técnica entre a universidade estadual e o programa federal de conectividade

Transformar em protocolo permanente a colaboração já testada entre a universidade estadual e o programa federal, para todas as próximas obras de conectividade no estado. Uma boa experiência isolada vira modelo replicável, em vez de acontecer só uma vez.

Orientação de comunicação: Quanto ao custo do programa: o programa não é caro, é uma questão de foco e execução, não de dinheiro disponível.

An aerial photograph of a lush green rainforest with a river meandering through it. The river reflects the sky and the surrounding trees. The forest is dense and vibrant green, with some areas showing more yellowish-green foliage. The river curves from the top left towards the bottom right, with several smaller tributaries or loops. The overall scene is peaceful and natural.

MEIO *ambiente*

 Amazonas guarda um dos maiores patrimônios naturais do planeta e opera esse patrimônio com uma estrutura de estado insuficiente para conhecê-lo por completo, protegê-lo de fato e convertê-lo em prosperidade para quem vive dele. O IPAAM, único órgão de licenciamento e fiscalização ambiental para os 62 municípios do estado, enfrenta um déficit estrutural de corpo técnico tão grave que precisou de um contrato terceirizado de R\$ 18,3 milhões só para manter o fluxo básico de processos. O desmatamento caiu 35,5% no último período medido, um resultado real, mas que convive com pressão ainda intensa sobre o sul do estado. O tráfico de fauna e flora, a biopirataria e a ausência de instrumentos estaduais básicos, como uma lista própria de espécies ameaçadas que o Amazonas nunca publicou, mostram um estado que hoje não tem os instrumentos mínimos para gerir aquilo que mais possui.

Essa incapacidade se manifesta em várias frentes ao mesmo tempo, e o governo trata cada uma como exceção, não como padrão. Na gestão de resíduos, 61 dos 62 municípios ainda operam lixões a céu aberto, e nenhum se adequou à Política Nacional de Resíduos Sólidos em 15 anos de vigência da lei. No clima, o estado viveu as duas piores secas de sua história em anos seguidos, 2023 e 2024, seguidas de uma das maiores cheias já registradas, sem que o Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas, exigido por lei desde 2023, tenha sido sequer publicado. No licenciamento, apenas 1 dos 62 municípios opera de forma própria, e o resultado é um ciclo de informalidade, degradação e vulnerabilidade que recai desproporcionalmente sobre ribeirinhos, indígenas e quilombolas.

Não faltam planos publicados nem programas anunciados. Falta o estado estar presente onde o dano acontece, e não só em Manaus, depois que ele já aconteceu. Precisa-se levar a decisão, capacidade técnica e financiamento para dentro dos 62 municípios, e tratar a floresta em pé, a água limpa e a terra regularizada como o que elas são: a base econômica mais valiosa que o Amazonas tem, e que hoje ninguém está gerindo direito.

MODERNIZAR E DESCENTRALIZAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Amazonas Descentraliza

Criar um sistema progressivo de certificação em três níveis, com o IPAAM atuando ativamente na capacitação técnica das prefeituras do interior, priorizando as mais distantes de Manaus. Município certificado licencia perto de casa, sem depender de fila na capital.

Plataforma digital única com matriz de risco

Criar uma plataforma digital única de protocolo e acompanhamento, com prazos definidos por lei e uma matriz de risco que classifique cada empreendimento por porte e potencial poluidor, dando rito simples para baixo impacto e análise aprofundada para os complexos. Menos fila para quem não é risco, mais atenção para quem é.

Publicar a lista estadual de espécies ameaçadas

Publicar, com UFAM, INPA e ICMBio, a primeira lista estadual oficial, vinculada ao licenciamento: qualquer obra em área de espécie ameaçada passa por análise técnica específica antes da licença sair. É dar ao licenciamento uma base científica que hoje simplesmente não existe.

Dar licenciamento técnico e ágil à mineração legal

Criar câmara técnica permanente entre IPAAM, SEMA, ANM e universidades para agilizar processos estratégicos, fiscalizar de fato os planos de recuperação de área degradada e usar satélite e drone para detectar garimpo ilegal. A mineração legal ganha velocidade justamente porque a ilegal passa a ser rastreada e fechada.

PARAR O DESMATAMENTO E AS QUEIMADAS COM TECNOLOGIA

Criar o Centro Estadual de Inteligência Ambiental

Montar um sistema com satélite de alta resolução, drone e análise de dados em tempo real para identificar desmatamento, queimada e garimpo ilegal antes que o dano se espalhe. O resultado deixa de depender do noticiário e passa a rodar todo dia.

Criar rede de triagem e reabilitação de fauna nativa

Estruturar centros regionais de triagem de fauna apreendida nas microrregiões, com protocolo padronizado de reabilitação e reintrodução. Quem apreende um animal passa a ter para onde levá-lo.

FINANCIAR A CONSERVAÇÃO E PROTEGER O CONHECIMENTO DA FLORESTA

Transformar o FEMUCS em fundo por contrato de resultado

Reestruturar o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas como financiamento competitivo para bioeconomia e conservação, com metas mensuráveis e auditadas, ampliando seu escopo para operar o mercado de carbono estadual e o Pagamento por Serviços Ambientais a quem conserva. Quem preserva passa a ser remunerado por resultado, não por promessa.

Inventariar e proteger o patrimônio genético vegetal

Criar, com UFAM, INPA e organizações indígenas, um inventário estadual de espécies de uso medicinal e cosmético, cruzado com o cadastro federal para identificar irregularidade na repartição de benefícios. Não é burocratizar o acesso à biodiversidade, é garantir que a comunidade seja reconhecida e paga.

ACABAR COM OS LIXÕES E FECHAR O CICLO DO LIXO

Criar programa estadual de encerramento de lixões

Criar cronograma público e obrigatório de encerramento, com linha orçamentária própria para financiar os planos de remediação que o IPAAM já elaborou e nunca teve dinheiro para executar. Quem cumpre o prazo ganha pontuação e receita no ICMS Ecológico, quem não cumpre perde as duas coisas.

Formar consórcios intermunicipais de resíduos por calha de rio

Estruturar consórcios organizados pelas oito calhas do estado, com um município polo sediando aterro regional abastecido pelos menores via transporte fluvial, com o estado financiando parte da infraestrutura. É a diferença entre lixão eterno e aterro que o município nunca teria sozinho.

Criar logística reversa fluvial para o interior

Criar rotas fluviais regulares de coleta de reciclável, com calendário fixo conectando o interior aos centros de triagem, subsidiadas pelo próprio recurso de logística reversa que a lei já obriga fabricante e importador a destinar. Sem custo novo ao erário, o reciclável do interior passa a ter para onde ir.

Apoiar a atualização dos planos municipais de resíduos

Criar equipe itinerante da SEMA que percorra os municípios por calha de rio para elaborar ou atualizar esses planos, condicionando repasse estadual e pontuação no ICMS Ecológico a essa atualização. É o item que destrava todo o resto: sem plano, o município não acessa recurso federal nem entra em consórcio.

PREPARAR O AMAZONAS PARA SECAS E CHEIAS EXTREMAS

Publicar o Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas

Publicar o plano nos primeiros 18 meses de mandato, com mapeamento de vulnerabilidade por território e metas com prazo para infraestrutura hídrica, saúde e transporte fluvial. É trocar o documento que nunca sai da gaveta por um instrumento que orienta a resposta antes da próxima seca.

Levar infraestrutura resiliente às comunidades ribeirinhas

Coordenar e escalar o que já funciona, começando por poços artesanais nas comunidades mais afetadas pela falta de água, e avançando para captação adaptada à cheia e seca, energia solar descentralizada e apoio à habitação de várzea. Quem ficou sem água nas secas de 2023 e 2024 é a prioridade número um.

Recuperar igarapés urbanos compatibilizando com a APP

Retoma a lógica do PROSAMIM, mas priorizando despoluição e recuperação ambiental antes da obra urbana, com remoção de ocupação apenas nos trechos de maior risco. Proteção e recuperação passam a se apoiar em critério técnico, não em imprevisto caso a caso.

DAR GESTÃO REAL ÀS ÁREAS PROTEGIDAS E DESTRAVAR QUEM PRESERVA

Revisar e compatibilizar as unidades de conservação

Construir um cadastro único georreferenciado de toda área protegida do estado, avaliando tecnicamente cada unidade estadual e enviando à Assembleia, quando necessário, projeto de lei específico para corrigir limites claramente inadequados. Área que existe só no mapa não protege nada; área com fiscalização real protege de verdade.

Dar efeito real ao zoneamento do sul do Amazonas

Incorporar esse zoneamento ao cadastro integrado de áreas protegidas, dando a ele efeito vinculante real sobre o licenciamento na região. Instrumento que só existe no papel passa a valer no território.

Premiar o desempenho ambiental dos municípios

Dar prioridade de acesso a investimento estadual, como infraestrutura, bioeconomia, crédito de carbono e regularização fundiária, ao município que comprovadamente reduz desmatamento e mantém alta cobertura florestal. Preservar passa a valer mais que degradar, na prática e não só no discurso.





PROFESSORA 
MARIA22
G O V E R N A D O R A
vice Coronel Anibal